



UNIRIO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
ESCOLA DE ARQUIVOLOGIA

GLEYDSON TAVARES MOREIRA

A “INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA” NO BRASIL: ideia noção ou conceito?

Rio de Janeiro
2017

GLEYDSON TAVARES MOREIRA

A “INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA” NO BRASIL: ideia, noção ou conceito?

Trabalho de conclusão de curso
apresentado à Escola de Arquivologia da
Universidade Federal do Estado do Rio de
Janeiro como requisito parcial à obtenção
do grau de Bacharel em Arquivologia.

Orientador: Prof. Dr. Eliezer Pires da Silva

Rio de Janeiro
2017

GLEYDSON TAVARES MOREIRA

A “INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA” NO BRASIL: ideia, noção ou conceito?

Trabalho de conclusão de curso
apresentado à Escola de Arquivologia da
Universidade Federal do Estado do Rio de
Janeiro como requisito parcial à obtenção
do grau de Bacharel em Arquivologia.

Aprovado em _____ de 2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Eliezer Pires da Silva
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof.^a. Dr.^a. Mariana Lousada
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof.^a. Dr.^a. Rosale de Mattos Souza
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me manter firme e são, por me conceder forças nos momentos em que pensei em desistir e por me cercar de pessoas que ajudaram a tornar esta jornada mais leve.

Aos meus pais Waldyr Tavares Moreira e Maria Eugenia Machado Moreira, pelo grande apoio e suporte, me possibilitando chegar até aqui.

À, minha querida e amada esposa Heidy Luci, pelo amor, paciência, parceria e ajuda, por caminhar ao meu lado, pelos momentos de compreensão e força e por partilhar comigo a vida.

Ao meu orientador Eliezer, por sua ajuda e paciência, por conduzir este projeto ao meu lado de forma simples e compreensiva me possibilitando sua conclusão.

Aos colegas da graduação em Arquivologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, e a todos os docentes que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho

“A memória assim registrada e conservada constituiu e constitui ainda a base de toda atividade humana: a existência de um grupo social seria impossível sem o registro da memória, ou seja, sem os arquivos.” (LODOLINI)

RESUMO

Uma área do conhecimento para que possa se estabelecer, necessita ter suas bases epistemológicas bem alicerçadas, possuindo um arcabouço teórico encorpado, seus objetivos e objetos bem definidos e uma terminologia bem estabelecida. Deste modo, seus princípios e conceitos necessitam estar bem formulados e serem reconhecidos e aceitos pelos teóricos da área. Por este motivo este trabalho parte de inquietações relacionadas ao termo “informação arquivística” que surgiram durante as aulas do curso de graduação em Arquivologia ministrado pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Tais inquietações surgem, à medida que o avanço tecnológico nos proporciona um novo cenário, onde o conteúdo informacional passa assumir lugar privilegiado em relação ao suporte de registro, e o termo em questão, torna-se cada vez mais recorrente entre os textos e teóricos da área, mesmo que ainda não haja uma definição do verdadeiro status ocupado pela “informação arquivística” na Arquivologia brasileira. Este trabalho visa verificar se existe embasamento teórico e consenso sobre o entendimento da área arquivística no Brasil a respeito do termo “informação arquivística”, se devemos entendê-lo como um conceito já estabelecido, como uma noção ainda em construção ou apenas como uma expressão que caiu em uso por teóricos da área devido a aproximação da Arquivologia com a Ciência da Informação, principalmente na produção de conhecimento oriunda dos cursos de pós-graduação.

Palavras-chave: Informação Arquivística, Conteúdo informacional, Produção de Conhecimento.

ABSTRACT

An area of knowledge to be established must have well-grounded epistemological basis, a sound theoretical framework, well-defined objectives and objects, and well-established terminology. Thus, its principles and concepts need to be well-formulated recognized as well as accepted by theorists of the area. For this reason, this work starts from concerns related to the term "archival information" that emerged during the undergraduate course of Archiving at the Federal University of Rio de Janeiro State. Such concerns arise as the technological advances provide us with a new scenario where the information content assume a privileged place regarding the record support and the term in question becomes more and more recurrent among articles and theorists of the area, even though there is still no definition of "archival information" status in Brazilian archives. This paper aims to investigate the existence of both theoretical basis and consensus on the understanding of the Brazilian archival area towards the term "archival information" – whether it should be understood as an already established concept, a notion in-progress or just another phrase used by area theorists due to Archiving and Information Science proximity in terms of production of knowledge, especially in post-graduate courses.

Keywords: Archival Information, Information Content, Production of Knowledge.

LISTA DE SIGLAS

CONARQ - Conselho Nacional de Arquivos

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

IBCT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

ICA/CIA - Conselho Internacional de Arquivos

ISAD(G) - Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística

PPGARQ - Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos

TICs - Tecnologias de Informação e Comunicação

UNESP – Universidade Estadual Paulista

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UnB – Universidade de Brasília

UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	08
2. A NOÇÃO DE INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA.....	13
3. DA LEITURA CIENTÍFICA A PRÁTICA PEDAGÓGICA NO BRASIL.....	25
4. A TEORIA ARQUIVÍSTICA E A INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA.....	38
5. A INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA ORGÂNICA COMO INSUMO PARA A TOMADA DE DECISÃO.....	58
6. CONSIDERAÇÕES.....	75
7. REFERÊNCIAS.....	83

1. INTRODUÇÃO

Desde o início dos tempos, os diferentes tipos de tecnologias foram sendo criados a fim de auxiliar o homem na realização de suas mais diferentes tarefas. Desde as tecnologias mais primitivas como o pedaço de osso utilizado pelo ainda *homo erectus* para dominar sobre seus pares na emblemática cena da clássica produção “2001 uma odisseia no espaço” de Arthur C. Clarke e adaptado para o cinema por Stanley Kubrick no ano de 1968, até as mais modernas e complexas tecnologias computacionais dos tempos atuais.

Dollar (1994) nos chama a atenção para um fenômeno que mudaria definitivamente a forma do homem realizar suas diferentes tarefas, o fenômeno computacional que surge no fim do século XX nas décadas de 1980 e 1990, este fenômeno transformaria de forma significativa a forma de atuação do homem nas mais diferentes áreas. Segundo o autor, nenhuma tradição seja nacional ou cultural estaria imune ao poder das Tecnologias de Informação. Hoje as chamadas TICs que são as Tecnologias de Informação e Comunicação comprovam a afirmativa de Dollar (1994) que chegou a comparar o impacto causado pelo advento das TICs a acontecimentos como a Revolução Industrial, a descoberta da impressão e a invenção da escrita.

Em meio ao avanço cada vez mais rápido das TICs, a iminência do “escritório sem papel” parece finalmente possível já que Dollar (1994) afirma que as TICs estão nos conduzindo ao que chama de uma nova era da documentação, de documentos não análogos ao papel.

De fato hoje já é possível pensar em um cenário administrativo inteiramente, ou pelo menos, em sua maior parte em meio digital, dessa forma a importância se desloca do suporte, para a informação. A informação produzida, recebida e acumulada assume lugar de protagonismo merecendo olhares mais profundos.

Como previsto por Dollar, de fato, o advento das TICs afetaram todas as áreas da sociedade, e o fazer arquivístico não foi exceção, não apenas em suas práticas, mas também na reformulação de conceitos clássicos e na urgência de formulação de novos conceitos que visem dar conta a esta nova realidade tecnológica e informacional.

Em meio a este cenário surge um termo que passa a ser utilizado de forma ampla por arquivistas e teóricos da área a “informação arquivística”.

Este trabalho busca entender como o termo “informação arquivística” está sendo hoje tratado por arquivistas e teóricos da área, no Brasil. Tomando por base os estudos realizados pelo Professor Doutor Eliezer Pires da Silva em sua dissertação de Mestrado “A noção de informação arquivística na produção de Conhecimento em arquivologia no Brasil (1996-2006)”, onde o autor observa, que “a dimensão de inovação no emprego da expressão informação arquivística ainda não está clara.” Silva (2009) aponta em sua pesquisa, que os argumentos encontrados não apresentam articulação capaz de embasar um conceito, no entanto segundo o autor 83% dos autores estudados reproduzem uma noção de “informação arquivística” como se um conceito fosse.

Outro fato importante apresentado pelo autor é que mesmo sendo utilizado de forma recorrente na área a expressão “informação arquivística” está ausente em obras de referência da área, por exemplo, o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística não contemplava a expressão à época da pesquisa realizada pelo autor. Silva (2009) aponta que os autores estudados se movem entre noções do que seria a “informação arquivística”, o autor identifica três categorias onde as noções apresentadas podem ser classificadas, a informação arquivística” como conteúdo do documento, a “informação arquivística” como a representação dos documentos ou metainformação e “informação arquivística” como o próprio documento.

Este trabalho não tem por objetivo observar a interferência da “Informação Arquivística” na produção de conhecimento da área, mas busca entender se em 2016, no Brasil, a expressão “Informação Arquivística” assumiu o status de conceito da área.

Para este fim propõe-se a produção de um trabalho teórico-conceitual realizado através de pesquisa bibliográfica, buscando identificar autores que escreveram sobre esta temática a partir do ano de 2006 quando o Professor Doutor Eliezer Pires da Silva terminou sua coleta de dados para análise, que lhe permitiram chegar às conclusões apresentadas.

Para Barros (2011) o processo de conceituação deriva da percepção e da construção de um conhecimento sobre a realidade que não se dirige para a singularidade do objeto ou evento isolado e sim para algo que liga o objeto ou o evento a outros de mesma natureza, Dahlberg, *apud*, Barros (2011) identifica que para termos de fato um conceito é necessário identificar em torno da expressão considerada três dimensões o referente o termo e as características.

As “características” correspondem mais especificamente as propriedades atribuídas ao “referente”, que por sua vez é a unidade de pensamento através da qual se torna possível falar (pensar) em “pássaro”, conceitualmente, para além dos pássaros específicos que existem efetivamente na realidade observável, singularizados cada um diferente do outro.(...) “Termo”, por fim, corresponde à palavra ou grupo de palavras que está sendo utilizada para designar o conceito (a expressão verbal “pássaro” por exemplo), (BARROS, 2011).

Desta forma o autor considera o conceito como “uma formulação abstrata e geral, ou pelo menos uma formulação passível de generalização que o indivíduo pensante utiliza para tornar alguma coisa inteligível nos seus aspectos essenciais, para si mesmo e para outros”.

Do ponto de vista da filosofia outra questão importante que devemos levar em consideração segundo Barros quando tentamos identificar um conceito são suas dimensões constitutivas a extensão e a compreensão, onde a extensão de um conceito corresponde ao grau de sua abrangência e a sua compreensão corresponde ao esclarecimento das características que o constituem, dessa forma quanto maior a extensão menor será sua compreensão de modo inverso quanto menor for sua extensão possibilitará uma compreensão mais clara e objetiva do conceito estudado.

O autor defende que um conceito mais amplo pode se desdobrar em divisões conceituais, no entanto Barros chama a atenção para os limites para essas subdivisões sob o risco de não estarmos mais diante de um conceito, mas sim de um único caso específico, que por sua vez, possui características próprias e únicas o que não permitiria entendê-lo como um conceito para este objeto ou evento. Deste modo o ideal para a definição de um conceito seria evitar definições demasiadamente amplas ou estreitas buscando um limite que permita uma delimitação adequada do conceito. Barros afirma que conceitos utilizáveis em trabalhos científicos carecem de uma elaboração mais elaborada o que o distinguiria de outros elementos também importantes, porém mais vagos e por isso menos precisos como os “termos” que seriam expressões que passam a fazer parte de uma determinada área, porém sem um aprofundamento teórico que as justifique, e das “noções” que seriam imagens aproximadas de um determinado objeto ou evento, porém ainda não suficientemente delimitadas além disso Barros adverte para o fato de não existirem conceitos definitivos, o que possibilita o estudo de um mesmo conceito por vários estudiosos e uma aproximação entre as definições encontradas.

Partindo destes pontos podemos então procurar entender se de fato a expressão “informação arquivística” hoje assumiu o status de conceito da área arquivística, no Brasil, e se de fato existe uma definição aceita pela área que possibilite a denominação de conceito a expressão “Informação Arquivística”.

Quanto aos objetivos este trabalho possui como objetivo principal:

- ❖ Verificar o real status da expressão “Informação Arquivística” na literatura arquivística brasileira a partir do ano de 2006.

Quanto aos objetivos específicos busca-se :

- ❖ Verificar a existência de um consenso nas argumentações e definições propostas sobre a expressão “Informação Arquivística” pelos autores estudados.
- ❖ Enxergar como a área entende a expressão “Informação Arquivística” no Brasil?
- ❖ Quais os usos possíveis para essa informação propostos na literatura arquivística brasileira?

Quanto à metodologia, optou-se por realizar um trabalho teórico-conceitual, através de um exame da literatura produzida na área arquivística brasileira a partir do ano de 2006 a fim de verificar como a Arquivologia brasileira vem tratando o tema proposto a partir deste período através de sua produção de conhecimento. Para este fim optou-se por uma busca no portal do CNPq utilizando-se do banco de dados da Plataforma Lattes disponível em www.lattes.cnpq.br.

Optou-se por uma pesquisa por teses e dissertações que apresentassem em seus títulos ou palavras chave a expressão “informação arquivística”, o que gerou um resultado inicial de 297 (duzentos e noventa e sete) currículos a época da pesquisa. A busca foi realizada com o objetivo de identificar teses e dissertações que contivessem em seu título ou palavra chave a expressão “informação arquivística” os filtros utilizados foram à formação acadêmica de Doutor e a nacionalidade brasileira.

A partir dos 297 (duzentos e noventa e sete) resultados dispostos em 30 (trinta) “web páginas” foi realizada uma leitura currículo a currículo a fim de identificar teses e dissertações que contivessem em seu título ou palavra chave a expressão “informação arquivística”.

Foram identificados 09 (nove) currículos que apresentavam em seus títulos ou palavras chaves de teses ou dissertações a expressão “informação arquivística”, no

entanto não foi possível recuperar 04 (quatro) trabalhos identificados, restando assim um total 06 (seis) trabalhos, verificou-se que dos 06 (seis) trabalhos que sobraram dois já haviam sido explorados por Eliezer Pires da Silva em sua dissertação sendo, portanto, contemplados indiretamente por este Trabalho de Conclusão de Curso.

Desta forma restaram para análise à própria dissertação do Professor Doutor Eliezer Pires da Silva que serve de base para este projeto e os seguintes trabalhos: Mariana Lousada: Informação Orgânica Como Insumo Estratégico Para a Tomada de Decisão em Ambientes Corporativos, trabalho apresentado em 2011. Vanderlei Batista dos Santos; A Teoria Arquivística a Prática a Partir de 1898: em busca da consolidação, da reafirmação e da atualização de seus fundamentos, trabalho apresentado em 2011. Wilmara Rodrigues Calderon; O Arquivo e a Informação Arquivística: da literatura científica a prática pedagógica no Brasil, trabalho apresentado em 2011.

Como recortes foram levados em consideração o período de produção de cada trabalho aceitando apenas trabalhos apresentados a partir do ano de 2006, além de buscarmos trabalhar apenas com autores brasileiros a fim de entender como a arquivística local trata o tema proposto por este projeto.

Este trabalho será apresentado em sete capítulos sendo “Introdução”; “A Noção de Informação Arquivística”; “Da Leitura a Prática Pedagógica no Brasil”; “A Teoria Arquivística e a Informação Arquivística”; e “ A Informação Arquivística Orgânica Como Insumo Para a Tomada de Decisão ”, o trabalho apresentará em sua conclusão o capítulo sexto com as “Considerações Finais” e as Referências no capítulo sétimo.

2. A NOÇÃO DE INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA

Neste item o trabalho apresentará uma reflexão sobre as considerações apresentadas por Eliezer Pires da Silva em sua dissertação de mestrado “A Noção de Informação Arquivística na Produção de Conhecimento em Arquivologia no Brasil (1996-2006)”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação resultado de convênio entre a Universidade Federal Fluminense e o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia no ano de 2009.

Eliezer Pires da Silva, graduado em Arquivologia, Mestre em Ciência da Informação e Doutor em Memória Social, atualmente atua como Arquivista do Arquivo Nacional e Professor Adjunto na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

Silva apresenta sua Dissertação ao convênio UFF/IBCT em 2009, tendo sua coleta de dados para análise, terminado alguns anos antes, em 2006, e apresenta resultados relevantes para esta pesquisa.

Quanto à metodologia, o recorte proposto pelo autor é dividido em três enfoques, a “informação arquivística” como assunto, onde empiricamente o tema foi observado; e o recorte temporal, já que a coleta de dados deu-se entre os anos de 1996 e 2006.

O autor apresenta sua pesquisa como sendo social aplicada de cunho qualitativo apoiada em uma revisão de literatura sobre o tema.

O levantamento das teses e dissertações que serviram de base de estudos foi realizado através do portal Capes, indexadas por Arquivologia e Arquivística, além disso, o autor identificou os produtores de conhecimento utilizando a Plataforma Lattes, através de busca realizada por “informação arquivística”. Silva levou em consideração as teses e dissertações encontradas dentro do recorte temporal proposto que apresentavam “informação arquivística” em seu título e/ou resumo, onde o autor chegou a um número de 12 (doze) trabalhos que atenderiam a seu propósito. (SILVA, 2009, p.16).

Quanto à estrutura de seu trabalho, Silva, optou por uma introdução, o capítulo 2 onde é apresentada a trajetória da Arquivologia e três visões sobre os arquivos. O capítulo 3 volta-se ao estudo do informacional, a formação da Ciência da Informação, a produção de conhecimento científico e a informação nos arquivos. O capítulo 4 é destinado à análise de como a “noção” de “Informação Arquivística” é

utilizada na produção de conhecimento arquivístico no Brasil e finalmente o capítulo 5 surge com as considerações do autor sobre sua pesquisa.

Em seu trabalho, “A Noção de Informação Arquivística na Produção de Conhecimento em Arquivologia no Brasil (1996-2006)” Silva busca mapear a produção do conhecimento em Arquivologia no Brasil através do uso do que classifica como “noção” de “informação arquivística”.

Ao estruturar seu trabalho Silva passeia pela trajetória da Arquivologia, e apresenta para este fim, três visões sobre os arquivos. É possível perceber o momento histórico-social atravessado pela humanidade através do estudo e observação das três visões de Arquivo propostas por Silva.

A “Visão Histórica” apresenta um modelo de instituição arquivística do século XIX, baseado no modelo francês de Arquivo como uma instituição de custódia, perpassa por marcos históricos-conceituais fundamentais para a Arquivologia como a “Revolução Francesa” em 1789, a criação do primeiro modelo de Arquivo Nacional, o francês, em 1790, o surgimento do “princípio do respeito aos fundos” em 1841 e o “Manual dos Holandeses” de 1898, que é considerado por muitos como o marco inicial para a Arquivologia enquanto Disciplina.

A “Visão Gerencial” dos Arquivos perpassa pelo período entre guerras, e aborda temas como “Gestão de Documentos”, ciclo de vida dos documentos, temporalidade e uma preocupação com o aumento considerável da produção documental e o acúmulo de massas documentais, o que nos leva ao surgimento do processo de Avaliação e Seleção dos documentos. Silva chama atenção para o fato de a emergência da gestão documental proporcionar a ampliação das funções arquivísticas. (SILVA, 2009 p 34). A “Visão Gerencial” ainda demonstra um esforço inicial no sentido de uma normalização arquivística.

No entanto é ao abordar a “Visão Informacional” dos Arquivos que o trabalho de Silva começa a aprofundar-se no que de fato para nós é importante no sentido deste trabalho, a “noção” de “Informação Arquivística”.

A “Visão Informacional dos Arquivos” surge mediante uma emergência informacional, onde a informação torna-se insumo de grande importância para a tomada de decisão dos administradores, em um mundo cada vez mais competitivo, torna-se muito mais importante dispor de informações estratégicas de forma eficiente e eficaz, o autor chama atenção para o fato desta abordagem informacional, estar presente em exercícios realizados a partir de meados dos anos de 1990 onde o

saber arquivístico é empregado em táticas organizacionais de gestão do conhecimento (SILVA, 2009, p.19).

A evolução das chamadas “Tecnologias de Informação e Comunicação” que se inicia ainda durante o período entre guerras e, portanto, ajudam a observar também uma “Visão Gerencial” dos Arquivos, é ainda mais perceptível na “Visão Informacional”, tais tecnologias que já haviam interferido nos processos de trabalho, agora interferem de forma ainda mais profunda, pois possibilitam uma interação entre o produtor e o usuário das informações. A informação gerada nos processos de trabalho, irão, subsidiar a tomada de decisão das administrações, desde que, estas informações possam ser recuperadas através de instrumentos de gerência de informação, os metadados (SILVA, 2009, p.36).

Desta forma a informação passa a assumir lugar privilegiado para a arquivologia, tendo o profissional de Arquivo, que estar preparado para tratar esta informação gerada pelos processos de trabalho e pela realização das funções das novas administrações.

A Arquivologia teria na informação relacionada aos processos de trabalho de uma entidade produtora de arquivo o seu objeto privilegiado, mas não excludente em relação a outros. Este objeto seria uma informação gerada e estruturada nas circunstâncias executivas das tarefas. Os objetivos do saber arquivístico repousariam nos processos informacionais que são produtos e produtores da realização de uma função e a preservação de uma estrutura informacional que serve de evidência para transações efetuadas (SILVA, 2009, p.37).

Finalizando a “Visão Informacional” dos Arquivos, Silva aponta para o surgimento de uma normalização arquivística como a “Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística – ISAD(G), aprovada em 1993 pelo Conselho Internacional de Arquivos, e aborda a “informação Arquivística”, através do item “2.3.1 A gestão da informação arquivística” de seu trabalho, sendo o primeiro momento onde o autor aborda o tema proposto por este trabalho de conclusão de curso de forma direta.

Ao final do século XX e início do século XXI, inseridos em uma realidade cada vez mais informacional, a Arquivologia e os Arquivos precisam evoluir seus princípios e métodos, para além do suporte físico, aquela visão histórica onde o suporte do documento é privilegiado dá lugar a uma visão que prioriza a informação que está registrada, e aos processos que deram origem a essa informação. O contexto de produção passa a fazer parte das preocupações da Arquivologia, assim como as informações geradas pelas funções e atividades.

A Arquivologia e os Arquivistas precisam dar conta desta nova realidade informacional, os Arquivos passam a receber uma quantidade cada vez maior de documentos em gêneros, tipos e suportes variados, a produção de documentos digitais agora, torna-se uma realidade e o suporte passa assumir função secundária diante da informação neles registrada. Seria a informação a refletir as relações e processos de trabalho, e portanto, o contexto arquivístico do documento.

Esta informação produzida ou recebida e acumuladas pelas instituições durante a execução de suas funções e atividades, e que por este motivo refletem a estrutura dos processos de trabalho e seu contexto de produção, são as informações que compõe os arquivos das organizações, e que merecem atenção e tratamento arquivístico. Ao citar Campos (2006), o autor ratifica a importância destas informações, porém deixa evidenciar que tais informações estão inseridas em um conjunto documental.

“O tratamento e a recuperação das informações são questões atualmente colocadas no âmbito das atividades de gestão da informação arquivística, envolvendo os processos de descrição de pontos de acesso passíveis de serem recuperados em conjuntos documentais” (SILVA, 2009, p.40).

Neste sentido podemos identificar a importância dos conteúdos informacionais, no entanto, o documento ainda possui lugar privilegiado, haja vista, estas informações estarem registradas em conjuntos documentais.

Para Silva, o “conceito de documento encontra-se associado à ideia de que os propósitos do ato de registrar as missões executadas são para assegurar ao conteúdo registrado os efeitos de responsabilidade e comprovação” (DOLLAR, 1994, p.7. *apud*, SILVA, 2009, p.43). No entanto ao citar Dollar, o autor chama atenção para o fato de os conteúdos informacionais assumirem de forma cada vez mais forte o protagonismo das relações geradoras de documentos “[...] mudando a ênfase dos produtos específicos, tais como os instrumentos de pesquisa, para uma visão mais ampla que focalize os sistemas de informação”, e continua dizendo que, “[...] mais relevante é o fato de que o conceito de um documento cada vez mais é inadequado para descrever o produto de complexos sistemas de informação” (DOLLAR, 1994, p. 2 e 16. *apud*, SILVA, 2009, p.43).

Diante deste novo contexto informacional, a Arquivologia, que por essência, é uma Disciplina interdisciplinar, busca através da aproximação com a Ciência da Informação, soluções para as novas questões envolvendo os conteúdos

informacionais contidos nos documentos. Silva admite esta aproximação principalmente na visão informacional dos arquivos, e acredita que a Ciência da Informação apropriasse de argumentos em torno das questões informacionais para dominar esta área de conhecimento, este seria segundo o autor um dos pontos iniciais para os estudos da “emergência da noção de informação arquivística” (SILVA, 2009, p.53). Além disso, a produção de conhecimento no âmbito da Ciência da Informação surge como contribuinte para o surgimento da “noção” de “informação arquivística”, haja vista, a aproximação das duas áreas do conhecimento principalmente na produção de conteúdo nos cursos de pós-graduação.

Pode-se explicar o surgimento da informação arquivística, no quadro da Arquivologia brasileira, ligando-a às condições de produção de conhecimento arquivístico no âmbito institucionalizado dos programas de pós-graduação em Ciência da Informação, sem que essas explicações exclua a pertinência de outras. A noção de informação arquivística parece inscrita numa lógica de argumentação acadêmica de atualizar as práticas em torno do processamento técnico dos arquivos na direção de sua autonomia, enquanto área do conhecimento (SILVA, 2009, p.65).

A pesar de parecer institucionalizada, e ser apontada por alguns autores da área como o novo objeto da Arquivologia, a “noção de “informação arquivística” no momento da coleta de dados realizada pelo autor, não era contemplada em obras de referência da área arquivística no Brasil, como, o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística do Arquivo Nacional, publicado em 2005, (SILVA, 2009, p.56), o que pode evidenciar uma ainda não formulação conceitual para este termo, ou como prefere o autor, “noção”.

Lopez, por exemplo, acredita que as informações registradas nos documentos arquivísticos, se analisadas de forma isolada, não irão refletir com fidelidade o contexto produtor, pois segundo o autor não se deve destituir a informação de sua forma física ou registro. “O conteúdo informativo do documento [de arquivo] não pode ser analisado no vazio; isto é, como se não houvesse uma materialidade garantidora da fixação dessa informação e como se tal conteúdo não fosse produto de uma ação geradora do documento” (LOPEZ, 2000, p.81. *apud*, SILVA, 2009, p.58).

Frente a este cenário informacional, a dicotomia entre informação e suporte proposta por alguns autores, e a reafirmação de outros da unidade entre estes dois elementos que constituem um documento, emerge a urgência de reflexões sobre o termo “informação arquivística”, Jardim e Fonseca (1998), acreditavam que “a noção

de informação arquivística” era recente carecendo de verticalização teórica, os autores chama atenção para uma divisão entre escolas de pensamento. (SILVA, 2009, p.59).

Silva, ao citar Oliveira (2006), chama atenção para o fato de a “informação arquivística” apresentar características de uma lógica contextual administrativa ligada à realização de suas funções e atividades e as informações e registros gerados por estes processos, o autor demonstra preocupação, pois poderia estar havendo apenas uma “transformação nominal” do conceito de documento arquivístico para a “noção” de “informação arquivística”. (SILVA, 2009, p.60).

Ao analisar Moreno (2006), que acredita que a “informação arquivística” é aquela que está diretamente ligada ao organismo produtor, Silva acredita faltar avanço conceitual na definição sobre o termo (SILVA, 2009, p.61).

Diante das muitas definições propostas e possíveis, Silva, acredita que “o fenômeno informacional nos arquivos sugere a dependência de uma materialidade na disponibilidade do registro. A noção de informação arquivística parece associada à existência da unidade materializada da informação na condição documental” (SILVA, 2009, p. 67).

Ao apresentar uma caracterização de um conceito de “informação arquivística”, Silva novamente enfatiza o fato desta informação se relacionar com o contexto produtor e com os processos geradores da informação, segundo o autor, o arquivo é constituído por informações inter-relacionadas produzidas no decorrer das atividades de um órgão produtor, ou seja, tais informações seriam produzidas no mesmo contexto do documento arquivístico.

As propriedades e características da informação arquivística estariam na dependência do contexto, o qual resulta da atuação de um organismo produtor. A ligação de uma informação com outras e com os exercícios das atividades desse produtor constitui o arquivo, além da oficialidade na intenção de produzir efeitos de ordem jurídica provando fatos (SILVA, 2009, p.61).

Uma outra perspectiva surge quando o autor cita Michael Cook (2007, p. 126) que acredita que “a perspectiva informacional nas práticas arquivísticas representa um auxílio na descrição dos arquivos, no sentido de separar a informação de contexto da de conteúdo”, o que sugere a existência de dois tipos de informação, a primeira referente ao contexto de produção, a segunda encontrada no conteúdo informacional do documento. O autor segue nesta linha de pensamento

citando Michael Fox, ao analisar-mos as razões de uma normalização arquivística segundo Fox, o “[...] conteúdo e a estrutura da descrição de documentos variam de instituição para instituição. Mas a solução estaria na aplicação de normas para estruturar o conteúdo da informação arquivística” (FOX, 2007, p.28, *apud* SILVA, 2009, p.63).

Neste novo olhar podemos entender a “informação arquivística” como a informação contextualizadora, aquela que evidencia a ligação orgânica entre as informações de conteúdo entre si e com o contexto de produção, ou seja, nesta visão, as “informações arquivísticas” seriam as informações de descrição de um determinado acervo documental.

Silva identifica em sua pesquisa, que os trabalhos analisados alternam entre “noções” do que seria a “Informação Arquivística”, segundo o autor a “noção” de “informação arquivística” ora é equiparada ao conceito de documento arquivístico, ora ao conteúdo informacional do documento e ora à representação do acervo arquivístico, não sendo possível identificar um conceito que definisse o termo “informação arquivística” (SILVA, 2009, p.65).

Quanto aos usos possíveis para esta “noção” de informação arquivística, o autor acredita que principalmente deve-se a produção de conhecimento nos cursos de pós-graduação através das dissertações e teses (SILVA, 2009, p.68). O que sugere uma realidade onde essa “noção” é operada, e portanto, supostamente institucionalizada pela área, o autor identificou em sua pesquisa que 12% dos trabalhos com a temática arquivística produzidos entre 1996 e 2006 traziam em seu título e/ou resumo a expressão informação arquivística e que a grande maioria destas pesquisas, 75%, estavam concentradas em programas de pós-graduação em Ciência da Informação, o que reforça a ideia de que essa aproximação entre as áreas contribuiu para o surgimento, difusão e aceitação do termo “informação arquivística” (SILVA, 2009, p.73).

Outro fator digno de registro é que dentre os atores que estão pesquisando e escrevendo sobre o tema quatro graduações se destacam em relação ao número de produções sendo elas Biblioteconomia, História, Administração e Arquivologia, sendo Biblioteconomia a que mais produziu sobre o tema, seguida pela Arquivologia (SILVA, 2009, p.77). É claro que uma área do conhecimento pode crescer com a contribuição de áreas afins, porém, este fato de haver egressos de outras áreas produzindo sobre o tema pode apontar para um dos motivos de haverem varias

definições para a “noção” de “informação arquivística”, sendo algumas muito próximas a definição de documento arquivístico.

Para melhor ilustrarmos estes dados dos 12 (doze) trabalhos estudados por Silva para a produção de sua pesquisa, apenas 4 (quatro) possuem graduação em Arquivologia, o que demonstra uma maioria considerável de outras áreas produzindo conhecimento com temáticas arquivísticas.

Segundo Silva, as definições de informação arquivística apresentadas são diversas, porém aproximam-se ora do conteúdo informacional dos documentos, ora das metainformações ou das informações que contextualizam o documento, e ora do documento em si, ou seja, “as concepções do que seja informação arquivística são diversas, mas podem ser aproximadas nas seguintes categorias: informação é o conteúdo do documento; informação é representação dos documentos ou metainformação; informação é o documento” (SILVA, 2009, p.112).

Quanto às definições de “informação arquivística” identificadas pelo autor, os doze trabalhos adotam uma ideia para a “noção”, porém segundo Silva nenhum dos trabalhos interpreta de forma crítica ou se preocupa em um aprofundamento teórico-conceitual, a maioria adotou uma definição como se autoevidente fosse (SILVA, 2009, p.81).

Segundo Silva, Fonseca trata a “noção” de informação arquivística no contexto de uma instituição arquivística que detém a custódia de documentos produzidos por uma administração, na visão da autora, a “noção” de “informação arquivística”, não se distinguiria do conceito de documento arquivístico (SILVA, 2009, p.81).

Para Guimarães e Silva a “noção” de “informação arquivística” se encontraria associada à construção de instrumentos de pesquisa que indexam os documentos custodiados por meio de representação de conteúdos destinados a permitir e orientar a pesquisa dos usuários (SILVA, 2009, p.84).

Silva destaca que Jardim assume uma abordagem informacional nos arquivos e estabelece uma definição operatória para a “noção” de “informação arquivística”, que envolveria a informação produzida pela administração pública (SILVA, 2009, p.87).

Ao expor a definição adotada por Oliveira, Silva chama atenção para o fato de a autora utilizar conceituação similar a de documento arquivístico, assim como

Jardim, Oliveira também identifica a administração pública como produtora de “informação arquivística”.

A administração pública tem o dever de viabilizar o acesso à informação arquivística, ou seja, prover recursos necessários para tratamento, conservação e uso dos documentos públicos. “[...] quando se menciona informação arquivística ela se refere às informações peculiares às ações ou atos de indivíduo ou grupos no âmbito particular ou privado com o poder de prova ou testemunho” (OLIVEIRA, 2000, p. 32 e 23, Apud SILVA, 2009, p. 88).

Pereira acredita que os serviços de arquivo são um sistema informacional, segundo Silva a autora possui uma visão gerencial, assim como a “noção” de “informação arquivística” apresentada por ela, que apresenta características do documento arquivístico.

As informações que refletem as ações da organização são informações arquivísticas e, quando registradas em um suporte material, compõe um conjunto orgânico de documentos, os arquivos. O ato de registrar a informação em um suporte material é, na verdade o ato de criar um documento (PEREIRA, 2001, p. 15, Apud SILVA, 2009, p. 90).

Cruz entende a “informação arquivística” como “um tipo único, cuja origem são as ações de determinada pessoa, física ou jurídica, que as produz, recebe e acumula, visando a consecução de um fim administrativo, legal ou fiscal” (CRUZ, 2002, p.58 *apud* SILVA, 2009, p.93). Segundo Silva é mais um trabalho a apresentar os arquivos sob uma visão gerencial.

Silva entende que Mattos, “estabelece equivalência entre as expressões documento arquivístico, memória institucional, informação estratégica e informação arquivística, além de considerar as tecnologias digitais de comunicação como pano de fundo dessas relações” (SILVA, 2009, p. 95). Para a autora “[...] a informação arquivística, além de se consolidar, como conceito [...] vem promovendo uma inovação no modo de perceber a relação entre o documento arquivístico e o seu conteúdo informativo” (MATTOS, 2004, p.82, *apud* SILVA, 2009, p.95). Percebe-se que a autora recebe a expressão “informação arquivística”, como um conceito estabelecido, no entanto, não apresenta verticalização teórica para fundamentar sua crença.

Para Sá, “o conceito de “informação arquivística” é recente e alguns autores o apontam como sendo objeto da Arquivologia” (SÁ, 2005, p.44, *apud* SILVA, 2009, p.98). Assim como Mattos, Sá entende a expressão “informação arquivística” como

um conceito, ainda que recente, e afirma que alguns autores consideram o “conceito” de “informação arquivística” como o objeto da Arquivologia, no entanto, Silva chama atenção para a recorrente associação entre informação e documento apresentada pela autora (SILVA, 2009, p.98).

Mariz entende, que a informação orgânica registrada produzida durante a realização de uma atividade representaria a “informação arquivística”, e segundo Silva sua definição “às vezes” coincide coma de documento arquivístico.

Assim entende-se que a informação arquivística, também chama informação registrada orgânica, concerne a documentos produzidos por um organismo (indivíduo ou instituição) em decorrência de suas atividades ao longo de sua existência (MARIZ, 2005, p.12 *apud* SILVA 2009, p.100-101).

Moreno aparece na pesquisa de Silva trazendo a seguinte definição para a “noção” de “informação arquivística”, “[...] entende-se por informação arquivística a informação que está diretamente relacionada ao organismo produtor, isto é, ela é produzida dentro do contexto do exercício das funções/objetivos a que se propõem as organizações/instituições” (MORENO, 2006, p.133, *apud* SILVA, 2009, p.103).

Através da definição apresentada percebe-se que Moreno entende a “informação arquivística” como a informação orgânica produzida, recebida e acumulada por um organismo na realização de suas atividades, dessa forma refletiria o contexto administrativo de produção e seria portadora de características inerentes ao documento arquivístico.

Para Leão, a “noção” de informação arquivística estaria relacionada ao processo de normalização da área arquivística (SILVA, 2009, p.106).

Oliveira entende que a “informação arquivística” “[...] é criada dentro de um contexto específico, situado no tempo e no espaço, e inserida no cotidiano de uma entidade coletiva ou de uma pessoa ou pessoas” (OLIVEIRA, 2006, p.21, *apud* SILVA, 2009, p.107).

É relevante observar que vários dos trabalhos estudados por Silva utilizaram como fonte para suas pesquisas a produção dos autores canadenses Couture e Rousseau, o que pode explicar a semelhança entre algumas das definições para a “noção” de informação arquivística apresentadas por estes trabalhos.

Silva acredita que os autores estudados por sua pesquisa se movem basicamente entre três enfoques aproximados do que seria a “informação arquivística”, segundo o autor 4 dos 12 trabalhos estudados aproximam a

“informação arquivística” do próprio conceito de documento arquivístico, 6 trabalhos aproximam a “noção” de “informação arquivística” ao conteúdo registrado no documento arquivístico e 2 trabalhos aproximam a noção de informação arquivística a representação dos documentos arquivísticos ou as metainformações (SILVA, 2009, p.112).

Quanto aos usos ou finalidades da informação arquivística o autor identifica 3 possibilidades, as informações arquivísticas sendo utilizadas para a geração de conhecimento, a informação arquivística sendo utilizada para a pesquisa retrospectiva e a informação arquivística sendo utilizada para a transparência administrativa ou prestação de contas.

Em suas considerações Silva entende que:

A dimensão de inovação no emprego da expressão informação arquivística ainda não está clara. No entanto, essa utilização é justificada, por alguns dos autores analisados, como mais vantajosa à compreensão das funções arquivísticas, em relação ao conceito de documento de arquivo (SILVA, 2009, p.116).

Para fins desta pesquisa é interessante observar que o autor entende o termo “informação arquivística”, como uma “noção”, além disso, Silva acredita que muitos autores operacionalizam esta noção e a aceitam como se um conceito fosse.

Outro ponto a ser observado é que o autor identifica a aproximação entre Arquivologia e Ciência da Informação através dos programas de pós-graduação e a produção de conhecimento realizada nestes programas, junto com o crescente avanço das tecnologias de informação e comunicação, como fatores para o surgimento e difusão da “noção” de “informação arquivística”.

Através da pesquisa realizada por Silva entende-se que tantos os autores ligados a uma corrente de pensamento mais conservadora, quanto os autores ligados a corrente renovadora identificam a existência da “noção” de informação arquivística, e fazem uso dela, no entanto carecendo de melhor e maior referencial teórico, já que, em grande parte das definições apresentadas a noção de “informação arquivística” simplesmente se confundia com a definição de documento arquivístico.

Ao observar as diversas definições propostas pelos trabalhos estudados por Silva, entende-se que ainda não existe um consenso, sobre a definição de “informação arquivística”, porém, também é possível verificar que dentre os autores estudados, uma boa parte apresentou como fonte os trabalhos dos canadenses

Couture e Rousseau, o que pode justificar a aproximação teórica encontrada entre algumas definições apresentadas, o que poderia apontar para um direcionamento da área por uma definição da “noção” de “informação arquivística” que pode vir a se institucionalizar.

Vale o registro do fato de atores oriundos de outras áreas, ainda que exerçam serviços de arquivo, estarem produzindo conhecimento sobre temáticas arquivísticas, o que pode de alguma forma contribuir para divergências conceituais e de certa forma contribuir para uma dificuldade maior na formulação de uma “noção” de fato institucionalizada. Para exemplificar, dos autores estudados por Silva para produção de sua pesquisa, 8 são egressos de áreas afins.

3. DA LEITURA CIENTÍFICA A PRÁTICA PEDAGÓGICA NO BRASIL

Este capítulo apresentará reflexões a respeito da tese defendida por Wilmara Rodrigues Calderon junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista (UNESP) em 2001.

Wilmara Rodrigues Calderon, é graduada em Biblioteconomia pela Universidade Estadual de Londrina, onde atua como professora adjunta, é mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo e obteve o doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista (UNESP), aproxima-se da Arquivologia através da gestão de documentos e da gestão de arquivos universitários, conforme, informação cedida ao portal do CNPq, plataforma lattes, pela própria autora.

Em seu trabalho “O Arquivo e a Informação Arquivística: da literatura científica a prática pedagógica”, a autora busca analisar as definições, ou concepções de “arquivo” e de “informação arquivística” que vem sendo utilizadas no ensino de Arquivologia no Brasil.

O trabalho apresentado por Calderon é fruto de pesquisa originada por inquietações oriundas de discussões conceituais realizadas durante, seu trabalho como professora de arquivologia (CALDERON, 2011, p.12).

Quanto à metodologia utilizada, a autora optou por utilizar a literatura proposta pelas escolas de Arquivologia no Brasil, na formação de seus discentes, para este fim a autora recorreu à grade curricular dos cursos oferecidos pelas referidas escolas, e dentro destas grades identificar as disciplinas que iniciam os alunos no universo conceitual arquivístico. Além dos textos extraídos das grades curriculares das disciplinas selecionadas, Calderon buscou “literatura sobre a temática em outras fontes como os portais Capes, Scielo, Unesco e sites de associações e instituições arquivísticas. A abordagem proposta por Calderon é de origem quali-quantitativa, fazendo uso de interpretação da literatura teórico-conceitual arquivística e da percepção dos sujeitos sobre as questões teórico-conceituais estudadas além de tratamento dos dados obtidos por recursos métricos.

A autora considera sua pesquisa bibliográfica, documental, aplicada e descritiva, pois entende que faz uso de uma bibliografia produzida pela área, e de documentos, como a grade curricular dos cursos de Arquivologia, e questionários enviados aos docentes ministrantes das disciplinas que tiveram suas grades

curriculares estudadas. Com base nos objetivos, considera a pesquisa aplicada e descritiva, pois estaria disposta a observar, identificar e analisar os fenômenos sem interferir ou manipular os mesmos (CALDERON, 2011, p.14-16).

Calderon identificou 15 cursos de Arquivologia dispersos em diferentes regiões do país, no entanto dois cursos (UNESP/Marília e UFMG) não entraram na pesquisa por motivos distintos. Para a análise das grades curriculares a autora selecionou 15 disciplinas que em suas ementas tinham por objetivo introduzir o aluno ao campo conceitual arquivístico de onde foram extraídas 73 referências sobre a temática proposta (CALDERON, 2011, p.21).

Quanto à estrutura de seu trabalho a autora apresenta além de uma introdução, o capítulo 2 que discorre sobre o arquivo, a arquivologia e a arquivística, perpassando por uma visão histórica e conceitual dos arquivos e a trajetória da Arquivologia/arquivística. O capítulo 3 apresenta como a área entende as definições de arquivo e informação arquivística. No capítulo 4 pretende-se esboçar as configurações do ensino de Arquivologia no Brasil. O capítulo 5 apresenta os dados coletados pela autora durante sua pesquisa e o capítulo 6 é destinado ao que a autora denominou conclusão (CALDERON, 2001, p.24).

A autora inicia seu trabalho de fato, apresentando uma visão histórica dos arquivos e do conceito de arquivo, a autora busca esta reflexão visando entender o surgimento da Arquivologia/Arquivística como área de conhecimento, para este fim ela apresenta características de cada contexto histórico que contribuiu para o aprimoramento da definição de arquivo e para a consolidação da área como disciplina.

Vale ressaltar que para a autora a denominação Arquivologia esta relacionada ao século XIX e a prática empírica realizada durante este período por este motivo Calderon acredita que a denominação Arquivística reflete de forma mais ampla o que representaria a área, ainda segundo a autora a denominação Arquivística teria sido aceita e consagrada pela área em nível internacional através de publicação do Dicionário de Terminologia Arquivística publicado pelo Conselho Internacional de Arquivos (CALDERON, 2011, p.50). Por este motivo, utilizaremos a denominação Arquivística para nos referirmos à área do conhecimento no decorrer deste capítulo.

Calderon acredita que “a construção de um conceito reflete um processo direcionado a criação de significados criados a partir de um processo de abstração e

generalização, cujo resultado deve ser compartilhado entre os indivíduos”, e que além disso, um conceito deve ser definido com clareza estabelecendo limites de forma que se diferencie de outros conceitos existentes (CALDERON, 2001, p.35).

Nesse contexto, para entendermos a visão da autora sobre o que seria a “informação arquivística”, faz-se necessário primeiro entender como a mesma entende o documento de arquivo. Nesse sentido Calderon acredita que os documentos produzidos por instituições possuem características próprias que os configuram como testemunho da realização de atividades e funções desenvolvidas por estas instituições.

Os documentos, produzidos pelas instituições públicas e privadas, carregam em si mesmos uma variedade de elementos que os configuram como registro único das atividades/funções desempenhadas por aquelas e, como tal, podem ser categorizados e analisados visando a diferentes propósitos (CALDERON, 2011, p.71).

Levando em consideração que o documento é uma informação registrada sobre um suporte, e que os documentos produzidos pelas instituições constituem testemunho da realização de suas funções e atividades, a autora acredita que:

Quando se define documento de arquivo como um suporte que contém uma informação (um texto) e que foi produzido, recebido ou reunido em razão das funções/atividades da instituição, isso poderia nos levar a entender que está incluído, nessa categoria, todo tipo de documento que contém informação e que seja produto das atividades organizacionais (CALDERON, 2011, p.72-73).

Ao servirem de testemunho da realização das funções e atividades de uma instituição, esses documentos reproduzem também o contexto administrativo em que foram produzidos e a estrutura do órgão produtor, tal contexto e estrutura são revelados através das relações que os documentos conservam entre si, formando um todo orgânico, no entanto para que este testemunho seja fiel o documento precisa conservar algumas características próprias, para ser considerado um documento de arquivo.

O documento de arquivo pela perspectiva da Arquivística, possui características próprias e integra “conjuntos internamente inseparáveis”, os quais testemunham o funcionamento de uma entidade e constituem a base sobre a qual os princípios arquivísticos se desenvolvem e direcionam a Arquivística à categoria de disciplina científica. Essa dimensão de conjunto em um contexto funcional é regida, por sua vez, por princípios arquivísticos que preservam as especificidades do documento de arquivo, tais como: a proveniência, a unicidade, a organicidade, e a indivisibilidade como destacam Camargo e Bellotto (1996) (CALDERON, 2011, p.73-74).

É possível entender que características como a informação estar registrada, a produção em decorrência de uma função ou atividade e a relação orgânica entre os documentos são recorrentes na construção apresentada pela autora sobre o conceito de documento de arquivo. Sendo este documento produzido, recebido e acumulado em decorrência de uma atividade, conservando características como a organicidade, a proveniência a unicidade e a indivisibilidade considerado um documento de arquivo, cabe aos arquivos dar conta da organização, da guarda e do acesso a estes documentos independentemente dos suportes onde as informações estejam registradas.

Os arquivos devem garantir que os documentos gerados sejam preservados como testemunho e prova incontestável dos procedimentos administrativos. Nesse sentido tanto os documentos originados em ambiente eletrônico, como os tradicionais (escritos), devem ser submetidos aos princípios arquivísticos. Importa, contudo, dizer que os documentos de arquivo são constituídos por uma informação registrada em um suporte, analógico ou digital e se caracterizam como tal, na medida em que são produzidos em decorrência da função/atividades de uma entidade e, como tal, devem ser preservados durante seu ciclo de vida (CALDERON, 2011, p.77-78).

Vale ressaltar, no entanto, que à medida que as Tecnologias de Informação e Comunicação avançam, novos desafios se apresentam à Arquivística que terá de dar conta de uma nova realidade informacional onde os documentos nascem e tramitam em meio digital e o suporte passa assumir papel secundário em relação ao conteúdo informacional. Porém não sendo este o foco deste trabalho não iremos nos aprofundar a respeito dessa nova perspectiva.

Quanto à informação, a autora segue por uma linha de pensamento introduzida através de Buckland, que entende a informação de três formas distintas; a informação como processo ou ato de informar alguém, a informação como conhecimento acerca de atos ou fatos e a informação como coisa ou objeto. Segundo a autora este entendimento da informação como coisa aproxima-se da relação do que os dados representariam para o documento, já que representaria uma ideia de materialidade, e por este motivo, atenderia melhor aos anseios da Arquivística (CALDERON, 2011, p.81-82).

Calderon assim como Silva, também entende existir duas escolas de pensamento na Arquivística, uma tradicional que segundo ela habita em arquivos

públicos europeus, e outra contemporânea oriunda das escolas de Ciência da Informação.

A autora considera o arquivista um profissional de informação e que a Arquivística, passa por uma reflexão sobre qual seria seu objeto de estudo, nesse sentido, Calderon apresenta algumas perspectivas a fim de embasar sua linha de pensamento. A autora entende a organicidade como elemento primordial dos arquivos, pois é ela que permite a compreensão dos fluxos informacionais das organizações ela entende ainda que as informações sociais surgem como o objeto de trabalho do arquivista (CALDERON, 2011, p.83).

Calderon ao citar Heredia Herrera, identifica uma tripla dimensão para o objeto da Arquivística, que seriam o arquivo os documentos e a informação. Também Bellotto é citada para reforçar a ideia de que a informação assume lugar privilegiado na Arquivística, pois “na condição de objeto intelectual, está à informação”. Ao trazer Rousseau e Couture, a autora também demonstra que a informação pode ser entendida como um tipo de recursos, e que por este motivo é merecedora de atenção especial (CALDERON, 2011, p.83).

O caminho percorrido intelectualmente pela autora demonstra uma construção no sentido de um entendimento da informação como um recurso, ou insumo de primordial importância, que é entendida por uma corrente de pensamento arquivística como um dos possíveis objetos da Arquivística, ao entender que a informação assume status de elevada importância para a área, torna-se necessário entender que informação é esta contemplada pela Arquivística e pelos arquivistas como objetos de seus estudos e trabalhos.

Calderon identifica que os autores estudados por ela para a produção de seu trabalho acreditam que a Arquivística contemporânea ou pós-moderna tende a tomar por seu objeto a informação, mas não qualquer informação, a “informação arquivística”. Mas que informação pode ser considerada arquivística? A autora acredita que existe distinção entre os tipos de informação, a registrada e a não registrada ou oral. Segundo a autora dentre as informações registradas existiriam dois tipos distintos de informação, a orgânica e a não orgânica, ao passo que a informação orgânica seria a informação produzida e recebida pelas instituições ao realizarem suas funções e atividades (CALDERON, 2011, p.87).

Segundo a autora, a organicidade está relacionada, portanto, a informação registrada, o registro da informação é necessário para que sejam conservadas as

relações orgânicas. Desse modo a “informação arquivística” aparece caracterizada pela autora como a informação orgânica registrada. Pois ela acredita que “podemos considerar que as expressões informação orgânica e informação arquivística, podem ser consideradas sinônimas e definem o tipo de informação gerada em decorrência do cumprimento da missão de uma organização por meio de suas atividades” (CALDERON, 2001, p.89).

A autora entende que no Brasil existe uma divisão de pensamento a respeito do termo “informação arquivística” onde alguns autores utilizariam o termo de forma frequente, porém através de concepções distintas umas das outras, outros autores criariam que “informação arquivística” é um conceito ainda em construção carecendo de maior reflexão teórica. Existiria ainda uma terceira corrente que acredita que o termo “informação arquivística” trata de uma expressão equivocada, nesse sentido aparece Bellotto que entende a “informação arquivística” da seguinte forma:

aquela informação que está no arquivo segue sendo o que era desde o momento da sua criação: informação administrativa, jurídica, financeira, econômica, política, técnica, científica, artística etc. Não é arquivística. Um livro ou artigo de revista científica sobre, por exemplo, o tratamento de câncer, por acaso é uma “informação bibliográfica ou biblioteconômica”, por que está na biblioteca? Ou ela é uma informação médica, oncológica, científica? (BELLOTTO, 2010, p.7 *apud* CALDERON, 2011, p.89-90).

Ao concordar com Bellotto, Calderon (2011, p.90) chama atenção para o fato de as definições para “informação arquivística” apresentadas serem frágeis e necessitarem de maior referencial teórico para se estabelecerem, ainda segundo a autora os conteúdos informacionais dos arquivos distinguem-se dos demais pela sua forma de produção e por preservarem suas características em concordância com os princípios arquivísticos, além disso, a autora acredita que as chamadas “informações arquivísticas” necessitam possuir características específicas que as diferencie de outros tipos de informação. Porém que características seriam essas entendidas pela autora como diferenciadoras dos tipos de informação capazes de evidenciar a “informação arquivística”?

Ao fazer esta reflexão a autora chega à conclusão que a “informação arquivística” se define como:

Um conjunto estruturado de representações factuais advindas das atividades realizadas por pessoa física ou jurídica, no exercício de sua função, e que são registradas em documentos de arquivo, elaborados em qualquer tipo de suporte e que tem como função servir

à administração, à pesquisa e também ao cidadão na sua busca pelos seus direitos. Este tipo de informação é, por excelência, dependente da existência de um conjunto de documentos arquivísticos e cumpre seu papel, na medida em que reflete de modo único a estrutura organizacional (CALDERON, 2011, p. 91 e 92).

Através da definição proposta pela autora é possível entender que as características identificadas por ela capazes de diferenciar a “informação arquivística” de outros tipos de informação foram o fato de serem produzidas em decorrência da realização de atividades por pessoas físicas ou jurídicas no exercício de suas funções, o fato de estarem registradas em documentos de arquivo independentemente do suporte, possuem como função servir à administração, à pesquisa e ao cidadão, dependem da existência de um conjunto documental para evidenciarem seu sentido informacional e refletem a estrutura organizacional do órgão que as produziu.

A autora chama atenção para, uma certa fragilidade terminológica existente na área que “proliferou” o termo “informação arquivística” ainda que através de definições distintas do que representaria este termo, segundo a autora este fato se repete com outros termos, o que expõe uma fragilidade terminológica da área que é um obstáculo na delimitação de seus objetos e no processo de autoafirmação como disciplina científica (CALDERON, 2011, p. 93-94).

Calderon identificou em sua pesquisa que a Arquivística desenvolveu princípios e teorias a fim de fugir do empirismo e se estabelecer como área do conhecimento humano, e que os profissionais formados pela área, os arquivistas, estão aptos a realizarem suas funções de forma satisfatória através dos conhecimentos adquiridos.

Este profissional que segundo a autora é um profissional da informação, ainda carece ser mais bem valorizado pelo mercado de trabalho, no entanto, já é possível identificar um reconhecimento da importância do arquivista e da Arquivística pela sociedade.

Quanto aos conceitos estudados, a autora entende que o conceito de arquivo, apesar, de mais bem consolidado pela área ainda permite existência de questionamentos, já que podem ser encontradas definições de arquivo como o conjunto documental, de arquivo como instituição e até como um móvel. Com relação à expressão “informação arquivística”, apesar, de seu uso frequente, a

autora acredita que ainda se faz necessária maior reflexão a respeito de sua “pertinência” e “significado”.

Calderon identificou em sua pesquisa que a maioria dos professores dos cursos de “Arquivologia” do Brasil, são oriundos da Biblioteconomia, que apesar, de ser uma área próxima, possui referenciais teóricos e conceituais muito diferentes dos da Arquivologia, o que em seu entendimento pode explicar a dificuldade em delimitar seus objetos e conceitos terminológicos. A autora acredita ser interessante a busca de conhecimento fora do país a fim de fortalecer o arcabouço teórico-conceitual na definição dos conceitos da área.

Quanto ao entendimento sobre “informação arquivística” pelos professores de Arquivologia foi identificado que alguns professores entendem que a literatura arquivística ainda não dá sustentação para a definição de um conceito, no entanto, torna-se recorrente o fato do entendimento da materialidade dessa informação ser necessário, mais uma vez é possível perceber que o entendimento do que seria “informação arquivística” confunde-se com a definição de documento de arquivo.

Com relação à bibliografia utilizada pelos cursos de Arquivologia no Brasil, é possível identificar que mais uma vez aparece como referência mais utilizada a produção dos canadenses Couture e Rousseau.

A autora acredita ser interessante a realização de eventos e debates sobre o tema, com a presença de representantes das áreas docentes e discentes a fim de que tais discussões possibilitem uma estruturação terminológica que satisfaçam as pretensões e necessidades de uma área do conhecimento humano. Segundo a autora se faz importante a participação dos estudantes nos processos de fortalecimento da área.

Assim como Silva, Calderon também não encontrou referência sobre o que denominou expressão de “informação arquivística” em dicionários terminológicos da área, o que evidencia que mesmo sendo bastante utilizada ainda não existe um consenso sobre o que seria a “informação arquivística”.

Ao desenvolver seus estudos, Calderon apresenta uma definição do que entende com “informação arquivística”, definição está, que a autora construiu identificando características que segundo ela, diferenciam a “informação arquivística” da informação não arquivística. No entanto mesmo apresentando uma definição, Calderon não identifica “informação arquivística” como conceito sequer como noção, deixando pairar certa dúvida, em momentos podemos identificar

“informação arquivística” como um termo, em outros a autora trata a “informação arquivística” como uma “expressão”, que apesar de muito utilizada não está de fato consolidada em seu significado, já que, ainda é possível identificar diferentes entendimentos do que seria a “informação arquivística”, inclusive na visão dos professores de Arquivologia.

Quanto ao ensino em Arquivologia no país é possível entender que principalmente a partir da década de 1980 a intensão deixa de ser a formação de um profissional tecnicista e vota-se a formação de um arquivista que consiga desenvolver competências que lhe permita criar massa crítica e intelectual que possibilite aprender e pensar a área.

Porém este cenário ainda se mostra dificultado pela incompatibilidade entre o ensino universitário, ainda carente de maior consolidação teórica, e o mercado de trabalho. (CALDERON, 2011, p. 97), principalmente frente aos novos desafios proposto pela evolução tecnológica cada vez mais rápida. A autora acredita que a formação em Arquivística capacita o indivíduo a atuar como gestor de documentos e das “informações arquivísticas”.

No entanto a já mencionada incompatibilidade entre o ensino teórico e a atuação prática deixa ainda evidente que apenas o ensino universitário não é capaz de fornecer todos os subsídios necessários à atuação de forma plena do arquivista como profissional da informação.

Cabe ressaltar, no entanto, que mesmo com a criação de vários cursos de nível superior, a demanda não chega a ser plenamente atendida, ou seja, não é possível oferecer tudo aquilo que o profissional necessitaria saber para fazer frente às exigências da sociedade contemporânea. Com relação às habilidades e o papel dos arquivistas como uma categoria inserida no universo dos profissionais da informação... (CALDERON, 2011, p.102).

Em sua pesquisa Calderon identifica que a maior parte dos docentes dos cursos de Arquivística são oriundos de áreas como Biblioteconomia e História, porém já é possível ser notada uma mudança em curso, docentes de outras áreas afins já podem ser encontrados compondo o corpo docente das universidades, o que é entendido como algo positivo a fim de enriquecer a área. Porém a autora deixa clara a importância de haver também docentes graduados em Arquivística, o que segundo ela, ainda não acontece em alguns cursos (CALDERON, 2011, p.104–105).

Porém a aproximação da Arquivística com a Ciência da Informação e o surgimento dos diversos cursos de graduação relacionados à área possibilitaram o

crescimento do número de docentes nos cursos de Arquivística graduados na própria área de conhecimento.

Tão importante quanto à constituição do corpo docente é a do currículo do curso, este deve estar atualizado e satisfazer as necessidades gerais de conhecimento como princípios, métodos e conceitos. Nesse sentido vale lembrar que as universidades possuem a liberdade para inserir ou retirar disciplinas de seus currículos o que permite que a formação dos indivíduos atenda necessidades locais e regionais, (CALDERON, 2011, p.107) além de permitir um currículo flexível que contemple as necessidades conceituais e práticas, sendo necessário para este fim a criação de um currículo equilibrado que contemple ambas as necessidades.

Dentro dessa prática, a proposta de estruturação para os cursos de Arquivologia do Brasil têm por base um conjunto de disciplinas de caráter geral e outro de caráter específico. No primeiro grupo encontram-se as disciplinas que terão como objetivo discutir os conceitos elementares, ou seja, introduzir o futuro arquivista no universo teórico da área. Para tanto, o conteúdo programático dessas disciplinas deve estar apoiado por um referencial teórico que permita ao aluno conhecer, em profundidade, o objeto de estudo da área e todas as suas nuances (CALDERON, 2011, p.109–110).

Percebe-se que para a formação de um profissional capaz de satisfazer as necessidades do mercado, além de competências específicas que cada indivíduo deve desenvolver, é necessário uma atuação conjunta das universidades e seu corpo docente, onde cabe à universidade através de debates e discussões envolvendo seus corpos docentes, discentes e profissionais da área desenvolver um currículo equilibrado que permita ao aluno desenvolver massa crítica e conhecimentos conceituais suficientes a sua formação além de conhecimentos técnicos que o possibilite agir diretamente no mercado de trabalho. Aos docentes, cabe uma missão tão árdua quanto à das universidades, haja vista, a necessidade de estarem atualizados às novas propostas e discussões conceituais e técnicas da área, além de seus próprios métodos de ensino.

Quanto ao referencial teórico utilizado pelas universidades foi possível observar a constatação de Calderon que a maioria dos textos utilizados são produzidos ou traduzidos em língua portuguesa, o que impossibilita a utilização de textos e trabalhos realizados em outros idiomas e ainda sem a devida tradução, devido ainda a falta de uma terminologia que possa ser aceita de forma universal torna-se muito difícil a tradução de determinados textos técnicos, desta forma o idioma apresenta-se como um limitador e uma dificuldade a ser superada no ensino

de Arquivística. Em seus estudos a autora identifica Heloísa Liberalli Bellotto como a autora nacional mais utilizada e os canadenses Carol Couture e Jean-Yves Rousseau como os autores estrangeiros mais usados.

Calderon chama atenção para o fato de que apesar de haver um aumento na demanda de cursos universitários em Arquivística a partir das décadas de 1980 e 1990, a qualidade do ensino depende, entre outras coisas de um acervo bibliográfico de qualidade e acessível. (CALDERON, 2011, p.114). Além dos trabalhos acadêmicos e de artigos outras formas de bibliografia sugeridas pela autora são os periódicos, os manuais e a própria legislação arquivística.

Ao analisar os teóricos utilizados pelas universidades e a visão destes em relação aos conceitos de arquivo e “informação arquivística” a autora considera que:

Foi possível constatar que dos conceitos de arquivo e informação arquivística, o primeiro é objeto de discussões há mais tempo na área e, em comparação com o segundo, está mais bem elaborado, o que é compreensível, porque desde sua origem, o arquivo é tratado como objeto de estudo e de reflexão por parte de vários autores. De forma diferente, o conceito de informação arquivística é um conceito que está em processo de construção, portanto sua discussão exige maiores esforços (CALDERON, 2011, p.122).

Além disso, mais uma vez é possível perceber que a “informação arquivística” é entendida como a informação orgânica registrada.

De modo geral, percebemos que entre os teóricos selecionados existe alguma diferença quanto ao seu posicionamento pela natureza do arquivo. Um grupo maior indica ser a natureza do arquivo formada pelo conjunto de documentos. São eles: Bellotto; Rousseau e Couture; Jardim; Paes; Schellenberg, Jardim e Fonseca. Já os autores Silva et al. e Lopes defendem que o arquivo é um sistema (semi-)fechado de informação social ou acervo composto por informação orgânica. Essas duas últimas propostas se alinham com a abordagem informacional que atualmente vem permeando as discussões no âmbito arquivístico e que enfatizam uma perspectiva para os arquivos que privilegia as informações registradas de caráter orgânico (CALDERON, 2011, p.122).

A autora buscou ainda entender como os professores de Arquivística entendem os mesmos conceitos. Em relação ao conceito de arquivo como visto anteriormente é possível identificar uma maior aceitação, no entanto ainda é possível verificar entendimentos de formas distintas, o que evidencia que mesmo entre docentes da área existem diferentes visões sobre o conceito onde a maioria entende o arquivo como um conjunto documental de características próprias inseridas em seu contexto produtivo. Porém existem os que entendem o arquivo como um conjunto de informações orgânicas registradas, sugerindo a informação

orgânica como o objeto da área, o que representa uma mudança paradigmática. Também existiram aqueles que utilizaram-se de definições consideradas genéricas pela autora, o que segundo a mesma, possibilitaria seu uso para qualquer sistema informacional (CALDERON, 2011, p.130).

Quanto ao que chama de “noção” de “informação arquivística”, é possível entender que a autora identificou mais uma vez a falta de argumentação teórica que permitam o entendimento do termo como um conceito arquivístico. Segundo Calderon ainda não existe um consenso entre os docentes da área que “para expressarem o que entendem por informação arquivística, justificam tal posicionamento, afirmando que a literatura arquivística não concede respaldo para tal questão.” Por outro lado mesmo ainda não havendo uma definição que satisfaça este novo “conceito” e carecendo de maior argumentação teórica, é possível segundo a autora, identificar elementos que seriam característicos a “informação arquivística”, o que pode ser entendidos por alguns como um avanço para a área em direção à construção de uma definição teórica.

De fato, a literatura de modo geral, indica como sendo um conceito novo que requer aprofundamento para se chegar a uma identificação mais precisa do que seja informação arquivística. O que temos registrado na literatura brasileira em matéria desse assunto ainda não responde a todas as inquietações que essa expressão possa causar. De qualquer modo, pretendemos destacar que aspectos característicos dessa categoria de informação são apontados pelos professores (CALDERON, 2011, p. 131).

Vale ressaltar que a organicidade e materialidade são apontadas pela autora como principais elementos característicos apontados pelos docentes da área. O que mais uma vez aproxima uma definição conceitual de “informação arquivística” do que seria o documento arquivístico.

Desta forma podemos entender que em sua pesquisa Calderon buscou compreender como os conceitos de arquivo e “informação arquivística” são entendidos pela área e como são aplicados no ensino de Arquivística.

Quanto ao ensino de Arquivística, foi possível perceber que o aumento da demanda de cursos universitários e também dos cursos de pós-graduação, tem possibilitado a formação de profissionais mais bem capacitados para exercerem suas funções, porém apenas a quantidade de cursos não é suficiente para este fim, é necessário que os currículos acadêmicos dos cursos de Arquivística sejam equilibrados e satisfaçam as necessidades conceituais e práticas do futuro arquivista. Além disso o corpo docente deve estar capacitado e atualizado em

relação as técnicas e métodos de ensino e em relação as discussões teórico-conceituais existentes na área.

Foi possível entender que o idioma se apresenta como uma grande dificuldade no ensino de Arquivística, impedindo a utilização de textos e trabalhos produzidos fora do país, que ainda não possuem uma tradução que satisfaça a terminologia utilizada em diversas partes do mundo.

Quanto aos conceitos de arquivo e “informação arquivística” a pesar do conceito de arquivo estar mais bem definido e ser mais bem aceito ainda foram encontradas formas distintas de entender o arquivo sendo possível entendê-lo como o conjunto documental, o conjunto informacional, a instituição, um local e mesmo como um móvel. Em relação à “informação arquivística” assim como Silva, Calderon acredita que é necessário um maior referencial teórico, haja vista, ainda não haver argumentação suficiente para definição do termo como um conceito da área, no entanto a autora abordou o termo “informação arquivística” como uma “noção” o que sugere já haver alguma argumentação, ainda que insuficiente. Foi possível identificar a “informação arquivística” como a informação orgânica, a informação orgânica registrada, a informação produzida de forma oficial por instituições e muitas vezes como a informação contida no documento arquivístico. Não havendo consenso na área sobre uma definição para o termo, Calderon desenvolve uma definição própria de trabalho que acredita contemplar as necessidades teórico-conceituais necessárias para sua pesquisa. Assim como Silva, Calderon também não encontrou referência para o que chamou de “noção” de “informação arquivística” em dicionários terminológicos da área.

4. A TEORIA ARQUIVÍSTICA E A INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA

Este item apresentará uma reflexão sobre o trabalho apresentado por Vanderlei Batista dos Santos ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília (UnB) como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Ciência da Informação, e tentará entender a visão de Santos sobre as questões relacionadas à “informação arquivística”.

Vanderlei Batista dos Santos graduou-se em Arquivologia, obteve os títulos de Mestre e Doutor em Ciência da Informação, sempre atuando pela Universidade de Brasília. Compõe a Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), é Analista em Documentação e Informação Legislativa da Câmara dos Deputados, além de atuar como docente em cursos de pós-graduação e prestar consultoria em projetos relacionados à gestão da informação conforme informações fornecidas pelo próprio, ao portal do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em sua plataforma Lattes acessível através do site <http://lattes.cnpq.br/>. Além disso, Vanderlei Batista dos Santos é autor de três livros e coautor e organizador de um quarto.

Em sua Tese “A Teoria Arquivística a Partir de 1898: em Busca da Consolidação, da Reafirmação e da Atualização de seus Fundamentos”, Vanderlei Batista dos Santos busca através de uma profunda reflexão revisitar princípios e conceitos já estabelecidos na área e outros ainda em construção.

Para atingir este objetivo, Santos estrutura seu trabalho em quatro capítulos sendo o primeiro capítulo voltado à introdução, o segundo capítulo propondo o estudo da Arquivologia/Arquivística como Disciplina acadêmica, o terceiro apresenta um estudo sobre os princípios arquivísticos e no quarto o autor apresenta suas considerações.

Santos entende que é possível uma Arquivologia/Arquivística, que seja interpretada de acordo com os contextos histórico social e econômico de cada país ou região, preservando, no entanto, um conhecimento que segundo ele pode e deve ser global. Esta questão é posta como seu problema de pesquisa. Como seria possível conservar um conhecimento global que possa ao mesmo tempo satisfazer as necessidades regionais e socioculturais de cada país? O autor acredita que é possível através de estudos que identifiquem questões como os fundamentos da

área, seus objetivos, objetos, princípios e conceitos e como estes fundamentos vem sendo estudados por pesquisadores das diversas regiões.

Segundo Santos, é possível a percepção do que chamou “vácuos teóricos” e de diferentes formas de aplicação de teorias e definições da área de acordo com a região geográfica, o que proporciona não uma interpretação das teorias arquivísticas, mas uma substituição de visão teórica (SANTOS, 2011, p.17).

O autor acredita ser necessária uma comparação entre os fundamentos da disciplina arquivística dos diversos países, e busca compreender se há entendimento entre estes vários fundamentos. Segundo Santos é possível a definição de estatutos mínimos que proporcionem uma padronização em relação aos métodos e a análise dos objetos, porém entende que a visão arquivística nacional, através dos autores estudados, está alicerçada em diferentes tendências mundiais, não sendo orientada por um único viés teórico (SANTOS, 2011, p.18-19).

Quanto à visão internacional Santos entende que as principais obras de referência em nível internacional parecem evidenciar as praticas locais no que se refere à análise dos princípios e funções arquivísticas e “parecem desconsiderar possibilidades de harmonização entre conceitos”. No entanto o autor reafirma seu entendimento de haver possibilidades de uma Arquivologia/Arquivística internacional em relação aos fundamentos básicos e uma Arquivologia/Arquivística nacional buscando uma coesão científica e intelectual, sem desprezar no entanto, as particularidades de cada território (SANTOS, 2011, p.27), sejam elas sociais-culturais, econômico-tecnológicas, políticas ou simplesmente administrativas.

Como objetivo principal de sua pesquisa, o autor busca identificar e sistematizar os fundamentos teóricos da Arquivologia/Arquivística, como uma área mundialmente institucionalizada, incluindo suas teorias e princípios, assim como características de seus objetos de estudo, em seus diferentes aspectos, buscando uma conformidade de entendimento. Para atingir este objetivo principal Santos propõe cinco objetivos específicos; a escolha do melhor termo Arquivlogia ou Arquivística para identificar a área mundialmente; apresentar informações que comprovem a institucionalização da área no país e no mundo; definir a Arquivologia/Arquivística e sua área de atuação, ou seja, seu campo de estudo; relacionar e sistematizar os objetos de estudo da área e suas respectivas definições; e mapear sistematizando os princípios arquivísticos e suas respectivas definições.

Como Justificativa o autor entende que um estudo que busque sistematizar o conhecimento arquivístico em seus principais aspectos é de suma importância para o desenvolvimento da disciplina. Santos acredita que possibilidades de uma universalização de conceitos parecem desconsideradas por autores da área o que acaba revelando uma Arquivologia/Arquivística regional.

O que se tem observado são obras normalmente focando práticas locais quando analisam os princípios e funções arquivísticas, como se fossem teorias acabadas sem margem de rediscussão e revisão – contrariando uma das regras da evolução do conhecimento científico – e, nesse sentido, parecendo desconsiderar possibilidades de universalização dos conceitos (SANTOS, 2011, p. 30).

O autor busca atingir os objetivos de seu trabalho através de duas hipóteses, onde a primeira é conduzida pela falta de consonância em aspectos da teoria arquivística no mundo, que seria decorrente das vicissitudes nacionais expressas nos manuais adotados. A segunda hipótese de trabalho é conduzida pelo autor através da crença de que “a despeito dessas vicissitudes nacionais, é possível o reconhecimento de estatutos mínimos que permitam a interação internacional entre os teóricos a partir de pressupostos globais, embora sob a interpretação das realidades locais” (SANTOS, 2011, p.30).

Através de seu referencial teórico Santos busca demonstrar que “os estudos epistemológicos aplicados nos permitem mapear e entender a evolução teórica de uma dada disciplina ao mesmo tempo em que se analisa sua coerência”. O autor entende que em busca da consolidação, reafirmação e atualização dos fundamentos arquivísticos, faz-se necessário um estudo epistemológico da área. Ainda segundo o autor a teoria não se contrapõe a prática, pelo contrario é necessário que ambas existam e compartilhem suas experiências, ele acredita que tal contraposição se dá entre a prática e a abstração (SANTOS, 2011, p.31-32).

Nesse sentido onde a teoria e a prática não são opostas entre si, mas cooperam para a afirmação da disciplina, as ações políticas não podem ser desprezadas, já que são estas ações que irão determinar quais questões serão privilegiadas em relação às demais, e quais as práticas que serão aceitas. Desta forma é possível admitir diferentes prioridades de estudo e diferentes práticas adotadas dependendo do local, e dos contextos político, histórico e socioeconômico. Os agentes políticos buscam privilegiar as vertentes de estudo e trabalho que acreditam ser o melhor para a sua realidade.

Assim, seu escopo de pesquisa é eminentemente influenciado pelos rumos políticos de cada país e seus dirigentes. Um país com uma administração democrática que acredita na transparência administrativa e liberdade de acesso às informações públicas tende a investir no desenvolvimento dos arquivos e, conseqüentemente, em sua fundamentação teórica, por meio de estudos e pesquisas aplicadas (SANTOS, 2011, p.39).

O grau de autonomia da área também pode ser comprometido pelos fatores descritos acima, já que questões políticas e econômicas interferem diretamente na área de atuação de uma disciplina, porém Santos acredita que “isto ocorre com todas as disciplinas, mas principalmente com aquelas que estão mais próximas do Estado”, o que surge como um problema para a área arquivística que atua diretamente junto as diferentes administrações públicas (SANTOS, 2011, p.42).

Outro fator que pode interferir diretamente no grau de autonomia de uma área acadêmica é o grau de influência recebida por outras áreas do conhecimento, o que pode ser um problema, segundo o autor, à muito tempo, a Arquivologia/Arquivística vem sendo vinculada a outras disciplinas. Disciplinas como História, Administração, Diplomática, Direito e mais recentemente a Ciência da Informação dentre outras possuem uma relação de fato estreita com a área, e neste sentido é preciso saber lidar com essas forças atuantes na relação entre as disciplinas do conhecimento, já que, a influência demasiada de uma determinada disciplina pode interferir em sua autonomia para atuar diante de seu objeto de estudo. Porém se tais forças forem equilibradas tal interação entre disciplinas pode proporcionar um crescimento que permita abordar de forma mais ampla o seu objeto. É possível entender que o autor vê a Arquivologia/Arquivística com independência acadêmica suficiente, e sua relação com outras áreas do conhecimento se dá no nível interdisciplinar já que;

o próprio CNPq, numa proposta de revisão da Tabela de Áreas do Conhecimento, datada de 2005 e disponível no sítio da instituição, separa Ciência da Informação, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia deixando-as no mesmo patamar, subordinadas diretamente à grande área 7. Ciências Socialmente Aplicáveis (CNPq, 2005, p.14, *apud* SANTOS, 2011, p.43-44).

Além da proposta do CNPq citada, é possível identificar a autonomia da área quando o autor chama atenção para as questões que envolvem a teoria arquivística, que segundo ele seriam decorrentes de “análises teóricas e aplicações práticas realizadas de acordo com hábitos regulares da comunidade arquivística e decorrentes de demandas locais para a solução de problemas vinculados ao objeto da Arquivística”. Para ilustrar tal situação o autor utiliza a definição de informação

que é compreendida de formas diferentes pela Ciência da Informação, pela Tecnologia da Informação e pelas ciências humanas, e dentro destas podendo haver diferentes nuances desta compreensão (SANTOS, 2011, p.46).

Em seu referencial teórico Santos revisita algumas definições propostas pela Arquivologia/Arquivística para os conceitos de informação e de documento a fim de verificar como a área entende tais conceitos. O autor entende que as definições revisitadas encontradas em manuais, dicionários e glossários de Arquivologia/Arquivística em diferentes regiões do mundo são genéricas e convergem para elementos principais que seriam em seu entendimento:

- ❖ a informação para ser transmitida e preservada é registrada em um suporte, por meio de um signo, quando passa a ser denominada de “dado”;
- ❖ a informação depende do receptor e de seu processamento individual, ou seja, contextualização;
- ❖ a ausência de recepção da mensagem indica inexistência de informação;
- ❖ a informação independe do suporte de registro do dado.

Por este motivo o autor entende que a definição de informação que melhor se aplica ao objetivo de seu trabalho é:

Conjunto estruturado de representações mentais codificadas (símbolos significantes) socialmente contextualizadas e passíveis de serem registradas num qualquer suporte material (papel, filme, banda magnética, disco compacto, etc.) e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multidirecionada (SILVA e RIBEIRO, 2002, p.37 *apud* SANTOS, 2011, p.48).

Santos utiliza da mesma metodologia para revisar definições propostas para o conceito de documento. Assim como ao conceito anterior. Santos identifica e destaca elementos considerados por ele como principais para definição do conceito de documento:

- ❖ a existência de um suporte no qual signos são registrados, sendo este conjunto, a unidade “documento”;
- ❖ o tipo de suporte não influencia na definição de algo como sendo ou não “documento”;

- ❖ o signo/linguagem utilizado para registrar/representar algo é normalmente confundido com dado ou informação, mais voltados para a interpretação do conteúdo do documento.

Diferente do que foi visto durante a revisitação do conceito de informação, onde Santos adotou uma definição já existente como sua definição de trabalho, durante a revisitação das definições propostas ao conceito de documento, Santos não se satisfaz com as definições encontradas, segundo ele, apesar de algumas definições abordarem os elementos considerados por ele como principais, “a existência de um suporte de registro da informação é um requisito tradicional que objetiva, na verdade, uma comprovação de fixidez do documento”, já que nos documentos digitais a preservação do suporte deixa de ser um requisito para a permanência do documento sendo necessária por vezes a migração de suporte para que o documento seja acessível e preservado. Por este motivo o autor apresenta uma definição de trabalho própria, que satisfaria de forma mais completa as pretensões de seu trabalho. Santos define documento como “um conjunto de dados estruturados, apresentados em uma forma fixa, representando um conteúdo estável, criado com o objetivo de registrar, transmitir e/ou preservar informações” (SANTOS, 2011, p.50).

Santos entende, que “uma definição de trabalho para o termo deve ser objetiva, clara e oferecer variáveis suficientes para qualificar um conceito como sendo ou não um princípio científico”. Além das definições de informação e documento já apresentadas, Santos ainda propõe em seu referencial teórico definições de trabalho para os conceitos de “teoria” e “princípio científico”, sendo este ultimo entendido pelo autor como “um postulado elementar e fundamental, aceito como verdade, que guia ou influencia um pensamento ou ação relativos a uma ordem de conhecimentos ou sistema teórico que constituem uma disciplina” (SANTOS, 2011, p.52-53) e o primeiro como;

uma proposição desenvolvida para explicar um fenômeno no âmbito de um campo científico, verificada e aceita pelos componentes desse campo, que reflete as crenças e conhecimentos do contexto (geográfico, social, temporal) sob o qual está convalidada (SANTOS, 2011, p.51).

A fim de verificar os conceitos entendidos como princípios arquivísticos o autor propõe uma tabela onde características como escopo, desenvolvimento, aceitação, originalidade, e âmbito disciplinar são avaliados recebendo conceitos 0

(zero) e 1 (um), devendo o conceito analisado receber 1 em todas as características para ser entendido como um princípio arquivístico.

Tal tabela mostra-se interessante podendo ser adaptada aos fins desta pesquisa com o objetivo de identificar a definição de “informação arquivística” e sua aceitação na área.

Quanto à metodologia, Santos classifica sua pesquisa como exploratória com o foco principal em levantamento e análise da produção bibliográfica arquivística produzida e/ou publicada em português, inglês, francês e espanhol resultando em uma visão ocidental da disciplina arquivística. O autor entende que apesar de haver algumas análises quantitativas de dados, sua pesquisa é predominantemente qualitativa e busca “arrolar e analisar em termos de abordagem e conteúdo as teorias identificadas nas publicações arquivísticas do universo delineado”. O autor faz uso da metodologia comparativa para comparar o entendimento da teoria arquivística pelos diversos países abrangidos pelo universo delineado como recorte de pesquisa (SANTOS, 2011, p.55-56).

O autor realizou seu estudo em duas partes onde a primeira partiu de uma pesquisa exploratória da literatura proposta dentro do universo delineado, e a segunda parte consistiu na análise dos dados coletados e na comparação das informações disponíveis em manuais e nos demais textos estudados, a fim de identificar e sistematizar tais informações. Vale ressaltar que no Brasil, um dos países estudados, o autor alega não ter encontrado uma publicação tida como nacional (SANTOS, 2011, p.59).

Santos utilizou ainda em sua pesquisa a normalização existente sobre a teoria e a prática arquivística, incluindo as produzidas por instituições brasileiras como o Arquivo Nacional e o Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), além da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Quanto aos resultados, o autor optou por expô-los em dois capítulos diferentes onde no primeiro buscou analisar a institucionalização da Arquivologia/Arquivística, e no segundo, buscou analisar os conceitos comumente utilizados como princípios arquivísticos, e identificar quais destes conceitos de fato atendem os requisitos para serem determinados como princípios científicos de uma área.

Ao abordar a Arquivologia/Arquivística como disciplina o autor busca verificar se está de fato institucionalizada como disciplina, para isto, Santos identifica as

regiões do Brasil que possuem instituições que oferecem o curso de graduação em Arquivologia/Arquivística, e conclui que todas as regiões do país estão representadas. O autor identifica ainda a existência de alguns cursos de pós-graduação e de várias pesquisas, ainda que, realizadas no âmbito da pós-graduação em outras áreas, que são voltadas para a Arquivologia/Arquivística.

Em nível internacional, Santos identifica prevalência dos cursos de Arquivologia/Arquivística nos níveis de pós-graduação, o que segundo ele ilustra uma determinada institucionalização social acadêmica da área tanto dentro quanto fora do país.

Outro ponto abordado pelo autor a fim de verificar a institucionalização da área foram às questões envolvendo a profissão e as instituições de classe. Neste sentido o autor identifica que tanto a profissão de arquivista quanto a de técnico de arquivo são reguladas e regulamentadas por lei e decreto.

Santos identifica, que a denominação profissional mais usada no mundo para o profissional da área é arquivista, entretanto o autor identifica um número expressivo de países como França, Espanha, Estados Unidos e Canadá que acreditam que o ciclo vital dos documentos é de responsabilidade de dois profissionais, ficando o gestor de documentos com as fases corrente e intermediária e o arquivista apenas com a fase permanente. Quanto a esta divisão profissional, o autor acredita que a existência do “arquivista e do gestor de documentos, em diversas partes do mundo, pode ser absorvida pela área, desde que não represente troncos diferentes de conhecimento ou profissões, mas especializações” e chega a propor outras especializações possíveis como arquivistas especializados em documentos médicos ou em documentos digitais ou ainda em administração de instituições e acervos (SANTOS, 2011, p.74-75).

A pesar de reconhecer a profissão de arquivista como bem definida, regulada e regulamentada o autor chama atenção para o fato de ainda não haver cursos técnicos de arquivologia no Brasil, cursos estes que formariam os técnicos de arquivo, profissão regulada e regulamentada pela mesma lei e decreto. Segundo o autor;

paradoxalmente à existência da figura do técnico de arquivo na lei e no decreto que regulamentam a profissão, não existe curso para essa formação. A criação de um curso nesse nível levaria a uma maior expansão da prática e da teoria arquivística, visto que passaria a atingir o ensino fundamental (SANTOS, 2011, p.68).

No tocante a regulamentação profissional fora do Brasil, o autor não buscou regulamentação legal do exercício da profissão considerando que a representatividade em relação às instituições de classe se faz suficiente para entendimento de uma institucionalização no aspecto relativo à existência de uma profissão formal (SANTOS, 2011, p.76-77).

Quanto às instituições de classe o autor acredita estar à área bem representada tanto no Brasil quanto no exterior, e lista algumas instituições para embasar seu entendimento, porém para os fins deste trabalho, não julgamos necessária à reprodução das mesmas.

Outro ponto levado em consideração pelo autor para verificar a institucionalização da Arquivologia/Arquivística como disciplina foi a existência de diversos eventos técnicos-científicos, sendo estes encontrados dentro e fora do país organizados por diversas instituições, o que segundo o autor, proporciona o entendimento de que a área possui lugar de debate técnico e teórico, atendendo o que ele reconhece como requisito para uma institucionalização social da disciplina (SANTOS, 2011, p.80).

O autor identificou ainda a existência de instituições normatizadoras em âmbito nacional e internacional destacando a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) em nível nacional, e a International Organization for Standardization (ISO) em nível internacional como exemplos de instituições normatizantes. Referente a isto, Santos entende que a Arquivologia/Arquivística encontra-se socialmente institucionalizada no Brasil e no mundo, mas chama atenção para questões envolvendo o alcance das normatizações técnicas em nível nacional, segundo o autor, tais questões carecem de maior reflexão e de maior discussão na área haja vista a existência de mais de uma instituição normatizadora, o que pode gerar discordância entre as normas produzidas por estas instituições (SANTOS, 2011, p.85).

Quanto às publicações técnico-científicas o autor acredita serem suficientes para caracterizarem a institucionalização social da área dentro e fora do país (SANTOS, 2011, p.88).

O autor realiza um aprofundamento na terminologia utilizada pela área a fim de verificar também o nível de institucionalização cognitiva quanto ao nome do campo científico, e destaca que já algum tempo busca-se o desenvolvimento de uma

terminologia arquivística internacional o que remontaria a criação do Conselho Internacional de Arquivos (ICA/CIA) em 1948 (SANTOS, 2011, p.91).

No Brasil Santos apresenta o Dicionário de Terminologia Arquivística do Arquivo Nacional como a publicação de referência para a área, no entanto, chama atenção para o fato de existirem outras publicações com a mesma finalidade e igualmente reconhecidas, o que revelaria a falta de “consolidação” teórica da área no Brasil. No entanto Santos decide não aprofundar os estudos nesta vertente entendendo não ser o foco de sua pesquisa (SANTOS, 2011, p.93).

Em sua pesquisa o autor identifica uma maior utilização do termo Arquivologia para definir o campo científico e revela ainda não identificar uma compreensão de sinonímia entre Arquivologia e Arquivística., porém chama atenção para o crescimento de utilização do termo Arquivística nos últimos anos em publicações da área e destaca que o mesmo cenário é encontrado em nível internacional (SANTOS, 2011, p.94–95).

Na Espanha, por exemplo, Santos identifica uma mudança de nome do campo de Arquivologia para Arquivística, porém o autor não entende tal mudança como uma evolução teórica da disciplina, mas apenas como uma espécie de “modernização” terminológica e ruptura com o considerado “velho”.

Nessa interpretação aqui proposta, o termo “Arquivologia” carregaria um ranço relacionado a atividades vinculadas a cuidar de papéis velhos e ser algo estritamente pragmático. Tal visão do senso comum deporia contra a respeitabilidade do profissional e da disciplina. Ao quebrar o vínculo com o antigo nome que, embora consagrado entre os pares, carregava um estigma de subprofissão e subdisciplina por instituições, acadêmicos e profissionais de outras áreas, pode-se estar buscando a aceitação social e a incorporação de novas funções para o profissional (SANTOS, 2011, p. 98).

Santos acredita ser possível inferir que o mesmo ocorre no Brasil em sentido inverso, onde uma maior utilização do termo Arquivologia possuiria a preferência pela existência do sufixo “logos”, o que daria um caráter de ciência, enquanto que o termo Arquivística seria relacionado pelo senso comum à técnica (SANTOS, 2011, p. 98). Porém após um estudo etimológico, o autor acredita que etimologicamente qualquer um dos termos é adequado para representar o campo científico (SANTOS, 2011, p.102).

Desta forma Santos entende ser uma opção pragmática a escolha da terminologia a ser utilizada, a pesar de não identificar uma sinonímia em âmbito internacional Santos entende que ambos os termos atendem a área, e

correspondem a mesma disciplina científica, sendo assim o autor optou por utilizar em seu trabalho o termo Arquivística, que em seu entendimento é uma terminologia que além de mais nova abrangeria tanto processos administrativos, quanto a preservação da memória, ou seja, atingiria todo o ciclo vital dos documentos e atuaria tanto na gestão da informação orgânica quanto na preservação dos documentos de guarda permanente considerados de grande valor histórico (SANTOS, 2011, p. 103). Para uma definição de trabalho, Santos entende a Arquivística como:

o campo científico cuja doutrina (princípios, teorias, metodologia e técnicas) se ocupa do estudo dos conjuntos documentais orgânicos, seja em seu aspecto unitário (fundo), seja em seu aspecto decomposto (documentos e informações arquivísticas) e de sua organização intelectual e física, desde o planejamento para sua formação até sua preservação definitiva ou descarte (SANTOS, 2011, p.107).

Como determinado pelo autor em seu trabalho, utilizaremos a partir de agora o termo Arquivística para nos referirmos à disciplina. Seguindo em sua pesquisa o autor buscou também identificar os objetivos e objetos da Arquivística. Vale ressaltar que a Arquivística é classificada como uma Ciência Social Aplicada, sendo portanto, influenciada ao longo do tempo pelo contexto social a que está inserida.

Durante muito tempo, foi entendido pela maioria dos teóricos e profissionais da área que a Arquivística deveria focar seus esforços nos estudos referentes aos documentos, buscando sua gestão, preservação e acesso, porém ao longo dos anos e principalmente após a emergência informacional impulsionada pela evolução cada vez mais rápida das Tecnologias de Informação e Comunicação, já é possível verificar que muitos destes teóricos e profissionais mudaram sua visão levando ao entendimento de que o real objeto a ser contemplado pela Arquivística deveriam ser as informações registradas nos documentos arquivísticos, levando a uma quebra de paradigma de uma cultura de custódia de documentos, para uma cultura de pós-custódia de documentos, ou pós-moderna, vale lembrar que não atoa o autor incluiu a informação em sua definição da disciplina Arquivística.

Santos indica, que ainda que de fato tenha ocorrido tal ruptura, “É necessário registrar que os objetos e objetivos iniciais não foram abandonados, mais ampliados e, também, que esta proposta está longe de ser pacífica entre os teóricos da Arquivística” (SANTOS, 2011, p. 116).

Com base em seus estudos o autor entende que a Arquivística possui como seu objetivo principal a acessibilidade aos conteúdos informacionais registrados nos documentos arquivísticos e a gestão destes conteúdos em todo o seu ciclo vital.

Com base nessas exposições, consideramos que a Arquivística tem como objetivo a acessibilidade perene aos conteúdos informacionais orgânicos de interesse primário, com alta qualidade da informação, e de interesse secundário¹²⁹, acrescida de questões referentes à autenticidade (confiabilidade, acurácia) dos documentos e controle de acesso e eliminação de documentos e informações (SANTOS, 2011, p.120-121).

Em relação aos objetos da Arquivística, Santos entende que a informação orgânica registrada assume este papel juntamente com o as instituições arquivísticas em seu papel de preservar e dar acesso às informações por elas resguardadas e os conjuntos documentais e fundos arquivísticos.

Embora se reservando o direito de não adjetivar o paradigma atual como “pós-custodial”, “contemporâneo” ou qualquer outro termo, propomos o entendimento de que o objeto da disciplina é a informação orgânica registrada, principalmente em sua manifestação estruturada e em seu conjunto, quais sejam os documentos e os fundos arquivísticos e, também, o papel dos arquivos como instituição (arquivos públicos, arquivos institucionais) na preservação e na concessão de acesso às informações (SANTOS, 2011, p.121).

Em sua busca para tentar entender a Arquivística atual como disciplina, seus objetivos e objetos, o autor perpassa ainda por conceitos como o de arquivo, documento, e documento arquivístico, sendo dos três, este último, considerado relevante para este trabalho. A definição proposta por Santos para documento arquivístico:

é um conjunto de dados estruturados, apresentados em uma forma fixa, representando um conteúdo estável, produzido ou recebido por pessoa física ou jurídica (pública ou privada), no exercício de uma atividade, observando os requisitos normativos da atividade à qual está relacionado, e preservado como evidência da realização dessa atividade (SANTOS, 2011, p.136).

Vale ressaltar a preocupação do autor em incluir em sua proposta de definição questões envolvendo a fixidez da forma e a estabilidade do conteúdo, o que é de grande importância principalmente no tocante aos documentos em formato digital.

O autor busca características que possam identificar e diferenciar os documentos arquivísticos de outros tipos de documentos e identifica tais características como:

Fixidez, segundo o autor tal característica é quem assegura a forma fixa e o conteúdo estável dos documentos arquivísticos, conservando a “garantia de que o documento tenha sempre a mesma aparência ou apresentação” (forma fixa) e a “garantia de que a informação e os dados contidos nos documentos permaneçam imutáveis” (conteúdo estável) (SANTOS, 2011, p.140).

Organicidade, esta característica é entendida pela área como sendo de vital importância para assegurar o contexto arquivístico dos documentos e é entendida por Santos como o atributo que:

corresponde às relações que um documento possui com os demais documentos vinculados a uma mesma atividade e, em nível macro, com o fundo ao qual faz parte. É essa característica que justifica o fato do documento arquivístico precisar ser contextualizado a partir de seus vínculos com os demais documentos antes de qualquer análise sobre sua guarda e ao seu significado para a instituição. Ignorar a organicidade é ignorar a característica arquivística do documento, determinado por sua proveniência (SANTOS, 2011, p.142).

Naturalidade, esta característica assim como a organicidade, é fundamental no tocante a diferenciar os documentos arquivísticos dos documentos de outras unidades informacionais como as bibliotecas, por exemplo, já que os acervos arquivísticos e biblioteconômicos são construídos de formas diferentes. Os documentos arquivísticos são produzidos e acumulados de forma “natural”, no decurso de uma função ou atividade que gerou um registro. Segundo o autor, esta acumulação natural acontece de forma espontânea e orgânica visando os objetivos da instituição produtora e de forma contínua e progressiva como sedimentos geológicos (SANTOS, 2011, p.143).

Santos entende que a cumulatividade não representa uma característica, mas está ligada à naturalidade da produção do documento, sendo assim o autor entende que:

“naturalidade” corresponderia à acumulação natural e organicidade à acumulação orgânica, o que, a nosso ver, eleva cumulatividade a uma categoria superior, englobando organicidade e naturalidade ou, opção considerada mais adequada, os vieses apresentados são sinônimos de organicidade e naturalidade, não havendo uma “cumulatividade” (SANTOS, 2011, p.144).

Unicidade, é outra característica observada nos documentos arquivísticos, segundo Santos, o entendimento mais aceito pela área é que:

“unicidade” não se refere ao fato de um documento ser um exemplar único na instituição ou uma informação não está disponível em outro meio, mas ao entendimento de que cada via ou, até mesmo, cópia de um documento,

exerce uma função única vinculada à sua produção e uso pela instituição e ao seu vínculo com outros documentos relativos a uma mesma atividade (SANTOS, 2011, p.145).

Autenticidade, segundo o autor, esta característica mantém entendimento e denominação similares nos países que serviram de base de estudos para sua pesquisa. É esta característica que garante que o documento é o que diz ser, e é entendida por Santos como:

controle do processo de criação, manutenção e custódia do documento arquivístico, o que, em análise inicial, evitaria sua alteração não autorizada. Envolve preponderantemente sua relação com o produtor e sua capacidade de ser utilizado para os fins de sua criação. Em outras palavras, os documentos são o que aparentam ser (perceptível pelos seus elementos identificadores) e não foram alterados, com ou sem intenção e tal percepção deriva da custódia adequada por seu produtor ou custodiador autorizado (SANTOS, 2011, p.145).

Imparcialidade, é a última característica identificada pelo autor como caracterizante do documento arquivístico, Santos entende que na verdade o que existe é uma presunção de imparcialidade, haja vista que, mesmo os documentos ou informações tendo sido produzidos como registro de atividades, são arquivistas e historiadores que lançam seu olhar sobre os mesmos e decidem quais documentos e informações deveram ser preservados. Imparcialidade é entendida pelo autor como:

uma presunção decorrente do processo natural e normatizado de execução de uma dada atividade que resulta na produção documental. Sendo assim produzido, o documento arquivístico não teria um fim em si mesmo e, em decorrência desse fato, inerentemente, seria capaz de revelar a verdade sobre a atividade que suporta (SLAIS, 2011, *apud* SANTOS, 2011, p.147).

Identificar e definir as características que segundo o autor definem um documento arquivístico torna-se relevante para entendermos se tais características também encontram-se presentes nas chamadas “informações arquivísticas”, já que este é o próximo assunto abordado pelo autor.

Ao falarmos sobre “informação arquivística” vale lembrar que Santos é um dos autores que acredita que a informação também se constitui como um dos objetos da Arquivística, portanto tal assunto é privilegiado em seu trabalho.

Santos inicia sua explanação sobre o tema citando Eliezer Silva e chama atenção para o fato de o autor não encontrar sustentação teórica nas definições por ele estudadas, Santos entende que tal fenômeno não ocorre apenas no Brasil, haja vista, ter identificado em suas referências bibliográficas (a nível internacional)

referências diferentes sobre o que seria a “informação arquivística” (SANTOS, 2011, p.149).

Ao citar Jardim em sua análise sobre políticas públicas, o autor demonstra que a “noção de informação arquivística é recente na literatura da área e ainda carece de verticalização teórica” (JARDIM, 1999, p.29 – 30 *apud* SANTOS, 2011, p.149).

Considerando o pensamento dos escritores canadenses Couture e Rousseau, o autor identifica a informação orgânica registrada “como a informação produzida, expedida ou recebida no âmbito da missão de um organismo” (SANTOS, 2011, p. 150).

Em publicação da Associação dos Arquivistas de Québec no Canadá o autor acredita que a referência ao registro da informação orgânica ao suporte aproxima tal definição a definição do conceito de documento arquivístico.

Na apresentação da *Revue Archives*, publicada no Canadá pela Associação dos Arquivistas do Québec - AAQ, desde 1969, há a afirmação de que a revista se destina a todo profissional interessado na gestão da informação orgânica e registrada (*information organique et consignée*), qual seja, informação produzida ou recebida por uma pessoa física ou jurídica no exercício de suas atividades, independentemente do suporte em que for apresentada¹⁶⁰. O acréscimo da referência ao “suporte” torna essa proposta similar à definição de documento arquivístico (SANTOS, 2011, p.150).

Dos autores referenciados por Santos neste item de seu trabalho, Fonseca é a primeira a abordar a “informação arquivística” definida por esta terminologia e expondo uma proposta de definição do termo “como “informação registrada orgânica”, ou seja, a “informação produzida pelos processos organizacionais”, o que segundo Santos remete claramente ao pensamento dos escritores canadenses (FONSECA, 2005, p.76 *apud* SANTOS, 2011, p.151).

Santos busca em Bellotto a definição de ‘informação arquivística’ como informação orgânica;

têm a peculiaridade de ser produzidas no universo das funções/objetivos a que se propõem as entidades. Nesse sentido é que as informações são orgânicas, por guardarem entre si as mesmas relações que se formam entre as competências e as atividades das entidades (BELLOTTO, 2002, p.22–23 *apud* SANTOS, 2011, p.151).

Levando em consideração seus estudos e as referências estudadas, Santos entende que o “valor” do documento arquivístico não está no documento em si, porém, nas informações ali registradas. Seriam estas informações o verdadeiro

testemunho da ação que originou o documento, que seria apenas o suporte físico onde as informações foram registrada.

Consideramos adequado concluir que o interesse de quem produz o documento não é lembrar-se do documento em si, mas das informações nele registradas. O tratamento do documento arquivístico é uma consequência da necessidade de gerenciar a informação orgânica registrada, ou seja, a informação arquivística (SANTOS, 2011, p.152-153).

Seguindo esta linha de raciocínio é possível entender que o autor acredita em uma dissociação entre informação e suporte, e que o verdadeiro “valor” do documento esta na informação nele registrada. Desta forma as informações orgânicas registradas daria origem aos arquivos.

Em outras palavras, o registro das informações orgânicas demanda a produção de documentos arquivísticos que atendam aos requisitos funcionais relativos ao procedimento ao qual a informação está vinculada. Tal documento arquivístico, ao ser preservado para referências futuras, gera o arquivo da instituição (SANTOS, 2011, p.153).

Podemos assim entender que o autor acredita em uma predominância do conteúdo informacional, sobre o seu suporte, e sugere haver uma mudança em andamento do uso do conceito de documento arquivístico, pelo de “informação arquivística”.

Podemos perceber na literatura o entendimento de que há consciente ou inconscientemente uma mudança em andamento, que tem se manifestado pela substituição do uso da expressão “documento de arquivo” por “informação arquivística” (SANTOS, 2011, p.153).

Ao citar Bellotto, Santos ratifica nosso entendimento de que a informação orgânica registrada em um suporte constitui o documento arquivístico e que a distinção entre a “informação arquivística” e o documento arquivístico, etária apenas na unidade formada pela informação e seu suporte. “A distinção entre a informação arquivística e o documento arquivístico está em que o segundo forma sempre uma unidade dentre informação e suporte, seja este tradicional, com o papel, ou informático, virtual” (BELLOTTO, 2002, p.23 *apud* SANTOS, 2011, p.154).

Sendo assim é possível afirmar que Santos entende que as informações orgânicas conservam o seu contexto de produção e sua função comunicacional de transmitir alguma mensagem sem necessariamente estarem ligadas intrinsecamente a um suporte físico, segundo o autor, a ideia de suporte passa a ser substituída pela

de fixidez e estabilidade do conteúdo informacional, como visto anteriormente na definição de trabalho proposta pelo autor para o conceito de documento arquivístico.

A diferença a ser observada seria, então, a caracterização das informações, socialmente contextualizadas (no ambiente institucional e social), passíveis de serem registradas e comunicadas, mas não vinculadas, intrinsecamente, a um suporte fixo. Esse entendimento ratifica a tendência observada neste estudo na busca pela independência entre o objeto da Arquivística e seu suporte. Tal viés foi buscado nesta tese por meio da mudança da definição de documento arquivístico, substituindo a ideia de suporte pela de fixidez da forma e conteúdo da informação arquivística (SANTOS, 2011, p.154).

O autor entende ainda que além das informações orgânicas registradas nos documentos as “informações arquivísticas” abrangeriam ainda, um outro tipo de informação, as informações de contexto, ou metadados. Estas informações sobre o contexto de produção e a estrutura do documento, que segundo o autor, são comuns em meio digital, em documentos no formato analógico nem sempre estão presentes, o que gera um grande problema.

Sendo assim o autor entende, que um conceito de “informação arquivística”, deveria abranger em seu escopo tanto as informações orgânicas registradas, quanto os metadados sobre aquelas informações ou documentos.

Segundo o ICA/CIA (2008c, p.9), documentos arquivísticos não compreendem apenas conteúdo, mas também as informações sobre seu contexto e estrutura. Apesar deste conceito ser evidente no mundo digital, que considera os metadados componentes do documento arquivístico digital – embora ainda não seja uma prática corriqueira a inserção de todos os metadados de gestão no momento da criação ou da captura do documento para um sistema de gestão –, isso não é tão claro para os documentos tradicionais. Onde se recupera a classificação, a tramitação, os graus de sigilo e a temporalidade do documento? Essas informações nem sempre estão disponíveis no próprio documento arquivístico. O conceito de informação arquivística, ampliando o escopo tradicional, incorporaria, portanto, os metadados dos documentos arquivísticos, (SANTOS, 2011, p.154).

Para definir o que seriam estas informações contextuais, ou metadados, Santos recorre ao Conselho Internacional de Arquivos, que os define como:

informações estruturadas que identificam, autenticam e contextualizam documentos arquivísticos e as pessoas, processos e sistemas que os criam, os gerenciam, os mantêm e os usam, bem como as políticas a que estão submetidos (ICA/CIA, 2008c, p.27 *apud* SANTOS, 2011, p.154, tradução do autor).

Santos propõe uma definição de “informação arquivística” que segundo ele abrangeria tanto as informações orgânicas registradas, contemplando os documentos arquivísticos, quanto às informações de contexto de produção, ou metadados, Santos entende que a presença de fixidez e organicidade em sua

definição sugerem condição similar ao documento arquivístico enquanto que as informações contextualizadoras remetem aos metadados. Sendo assim o autor propõe “informação arquivística” como:

aquela produzida (ou recebida) pela instituição no exercício de suas funções e atividades, ou por pessoa física no decurso de sua existência, tanto aquela que apresenta fixidez de forma e conteúdo, quanto a que a contextualiza e permite sua recuperação de acordo com padrões pré-estabelecidos (SANTOS, 2011, p.156).

Após seus estudos sobre o que seria a “informação arquivística”, Santos continua seu trabalho revisitando alguns dos chamados princípios arquivísticos, em um primeiro momento o autor busca explicitar seu entendimento do que seria um princípio científico, e posteriormente se aprofunda nos estudos referentes aos princípios considerado por ele de maior importância para a área.

Para realizar esta tarefa, Santos identificou em uma tabela vinte e dois termos classificados como princípios arquivísticos na literatura por ele estudada, e selecionou dentre estes vinte e dois os que entendeu como sendo de maior relevância, já que alguns termos classificados como princípios por alguns autores, são por outros chamados de características arquivísticas. Após esta seleção Santos obteve quatorze termos considerados por ele como princípios científicos da área, são eles: 1) respeito aos fundos; 2) da proveniência; 3) de respeito à ordem original; 4) da territorialidade; 5) das três idades e/ou ciclo vital; 6) da pertinência temático ou da pertinência territorial; 7) do respeito à estrutura; 8) da custódia contínua; 9) da indivisibilidade ou integridade arquivística; 10) da inalienabilidade; 11) da imprescritibilidade; 12) da reversibilidade; 13) da funcionalidade e 14) da universalidade (SANTOS, 2011, p.159).

Vale chamar atenção para o fato de o autor classificar ciclo vital e teoria das três idades como fazendo parte de um mesmo princípio científico. Apesar de o tema acima ser de grande relevância para a área, não iremos nos aprofundar no mesmo por entendermos não fazer parte dos objetivos deste trabalho, porém fica como sugestão para estudos futuros a verificação de tais princípios na literatura brasileira.

Ao final de sua pesquisa é possível afirmar que o autor entende que a Arquivística encontra-se institucionalizada nos âmbitos institucional e social, porém ainda com dificuldades em âmbito cognitivo. Santos entende que a disciplina já passou pelas várias fases descritas pelos teóricos como “crise, revolução e mudança de paradigma” (SANTOS, 2011, p. 182).

O autor deixa clara sua preocupação com a área que é uma ciência social, e portanto, sujeita a influências dos contextos sociais econômicos e políticos, principalmente pelo fato de a Arquivística ser uma disciplina de alta proximidade ao Estado, por este motivo o autor entende haver necessidade de certos cuidados e maior rigor nos processos de formalização, para que tal proximidade não interfira de forma a influenciar princípios, conceitos e práticas arquivísticas (SANTOS, 2011, p.182–183).

Santos acredita ser possível a existência de uma Arquivística com bases globais, que consiga contemplar as particularidades do território onde atua, mas chama atenção para a necessidade de maior rigor teórico a fim de tornar a área mais forte em seu escopo e terminologia (SANTOS, 2011, p.183). Segundo o autor, a pesar de uma interpretação teórica distinta em diversas áreas do Brasil, é possível identificar que de norte a sul do país a prática arquivística acontece de forma muito semelhante através da utilização dos mesmos instrumentos (SANTOS, 2011, p.191).

Em relação aos objetivos propostos pela pesquisa, o autor entende terem sido alcançados, e confirmada a influência das realidades nacionais, ou seja, do meio, na teoria e na prática arquivística (SANTOS, 2011, p.184–185).

Outra conclusão alcançada pelo autor é de que a produção científica no Brasil tem se tornado mais frequente em meio acadêmico e em projetos de pesquisas voltados para a área, o que segundo ele pode contribuir para um alargamento da distância entre a área arquivística e o Estado (SANTOS, 2011, p.187).

Após sua pesquisa Santos chegou à conclusão que dos muitos termos postos como princípios arquivísticos apenas três termos se confirmaram como tal, proveniência, territorialidade e ciclo vital.

Santos é mais um dos autores estudados que acredita que o termo Arquivística atende melhor como nomenclatura ao campo científico, além disso, o autor realiza uma reflexão sobre os chamados princípios arquivísticos onde entende que dos muitos propostos pela literatura nacional e internacional apenas três se confirmam como tal.

O autor busca ainda identificar as características que qualificam um documento como de caráter arquivístico, tal reflexão mostra-se relevante também na caracterização da “informação arquivística” que é a temática proposta para nosso trabalho.

Quanto às questões envolvendo a “informação arquivística”, o autor busca uma abordagem onde além de tentar entender a visão teórica da área sobre o assunto, busca fazer uma reflexão própria a respeito, e chega a propor uma definição de trabalho para o termo. Apesar de não explicitar claramente, pode-se entender que o autor acredita que a “informação arquivística” existe, e constitui um conceito arquivístico, porém ainda carente de reflexão sobre sua definição, já que são poucos os teóricos que de fato aprofundaram seus estudos neste objetivo. Ainda assim Santos entende que a “informação arquivística” passa a assumir lugar privilegiado na área como um de seus objetos, dissociando o conteúdo informacional do suporte físico.

5. A INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA ORGÂNICA COMO INSUMO PARA A TOMADA DE DECISÃO

Este capítulo apresentará uma reflexão sobre o trabalho “Informação Orgânica como Insumo Estratégico para a Tomada de Decisão em Ambientes Competitivos” apresentado por Mariana Lousada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia e Ciências na Universidade Estadual Paulista Campus de Marília como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação, e buscará entender a visão da autora sobre as questões envolvendo a “informação arquivística”.

Mariana Lousada é graduada em Arquivologia pela Universidade Estadual Paulista, obtendo os títulos de Mestre e Doutora pela mesma universidade. É professora adjunta do curso de Arquivologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), além de docente permanente e coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos (PPGARQ/UNIRIO). Mariana Lousada lidera o grupo de pesquisa “Fundamentos e Perspectivas Arquivísticas” além de ter atuado como Arquivista da Força Aérea Brasileira entre os anos de 2013 à 2015, conforme informações da própria autora ao portal do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em sua plataforma Lattes acessível através do site <http://lattes.cnpq.br/>.

Em seu trabalho “Informação Orgânica como Insumo Estratégico para a Tomada de Decisão em Ambientes Competitivos” Mariana Lousada busca entender a informação orgânica como insumo à tomada de decisões em ambientes corporativos e competitivos, para este fim a autora busca fazer uma reflexão teórica sobre os conceitos de informação orgânica e “informação arquivística”, a fim de entender suas semelhanças e diferenças, caso existam.

Lousada estrutura seu trabalho em seis capítulos, além de suas considerações. O primeiro capítulo destina-se a uma introdução, o segundo capítulo é destinado aos estudos da informação no contexto organizacional, o terceiro capítulo aos processos decisórios organizacionais, o quarto capítulo se desenvolve sobre a gestão estratégica da informação, o quinto capítulo detalha os procedimentos metodológicos utilizados durante a pesquisa e o sexto capítulo apresenta uma análise dos resultados obtidos.

Quanto à natureza de sua pesquisa, a autora entende a mesma como qualitativa do tipo descritiva-exploratória, como instrumentos a autora fez uso de questionários estruturados e entrevistas semi-estruturadas. Os sujeitos levados em relação para aplicação dos questionários e das entrevistas foram os tomadores de decisão. A autora buscou tabular, analisar e interpretar os dados obtidos através dos instrumentos utilizados a fim de fornecer maior subsídio para a discussão e aprofundamento dos conceitos estudados (LOUSADA, 2011, p.14).

A autora define como objetivo principal de sua pesquisa a análise da forma com que a informação orgânica influencia o processo decisório dentro do universo pesquisado. Como objetivos secundários, ou específicos, Lousada buscou: 1) “Identificar e caracterizar em termos terminológicos os conceitos de ‘informação arquivística’ e ‘informação orgânica’”; 2) “Analisar os elementos e processos constitutivos da informação orgânica, como insumo da gestão da informação em ambientes empresariais”; 3) “Verificar de que maneira a informação orgânica é usada no processo decisório das empresas pesquisadas”; 4) “Analisar os modelos de tomada decisão predominante no universo pesquisado”; 5) “Propor um modelo de gestão da informação voltado ao processo decisório, cujo insumo principal é a informação orgânica” (LOUSADA, 2011, p.14).

Quanto ao universo de pesquisa a autora optou por trabalhar com a tomada de decisão em empresas do ramo da construção civil, delimitando como recorte, empresas que atuem no ramo varejista do setor de material de construção filiadas a Rede Construnova que fazem parte da Associação Comercial e Industrial de Marília (ACIM), (LOUSADA, 2011, p.134).

Mariana Lousada entende a informação como um ativo de grande importância em ambientes competitivos, logo, aquele que possuir acesso às informações de forma eficiente e eficaz possui vantagem em um cenário corporativo. Mas será que toda informação se constitui em insumo para a tomada de decisões, ou a informação orgânica assumiria lugar privilegiado no mundo corporativo? E os administradores e tomadores de decisão, tem levado tais informações em consideração ao fazerem suas escolhas? Estas questões e muitas outras surgem quando pensamos a respeito da temática apresentada. Em seu trabalho a autora vislumbra este cenário e nos conduz a uma linha de pensamento que nos ajuda a entender as relações atuantes neste ambiente.

Lousada entende que no atual contexto informacional, a informação assumiu lugar privilegiado junto às administrações possuindo valor igual ou até superior a outros tipos de recursos. A autora entende que “mais do que a terra ou o capital, a informação é a força motriz na criação de riquezas e prosperidade” (LOUSADA, 2011, p.12).

Porém ainda que possua este valor, a informação só poderá servir de insumo se estiver acessível aos gestores. Caso contrário, não será possível fazer uso deste conhecimento ainda que este esteja registrado nos documentos da instituição. Por este motivo é necessário que todos da instituição identifiquem a informação como sendo de vital importância para a administração, desta forma, devem prover iniciativas que busquem a identificação e gestão dos fluxos informacionais existentes na instituição.

A autora acredita que a informação orgânica é aquela “gerada em decorrência da execução das funções organizacionais, pelos próprios membros da organização, que ao mesmo tempo são produtores e consumidores”, e que tal informação gerenciada de forma correta torna-se estratégica servindo de subsídio para as tomadas de decisão (LOUSADA, 2011, p.12).

A autora acredita que sua pesquisa contribui para o desenvolvimento do objeto da Ciência da Informação, além de contribuir para o aprofundamento dos conhecimentos sobre o uso da informação orgânica durante o processo decisório, temática que segundo a autora ainda é pouco explorada havendo, portanto poucos textos a respeito, além de contribuir para a Arquivologia e para a área de Inteligência Competitiva Organizacional (LOUSADA, 2011, p.13-14).

O ambiente corporativo é por natureza um ambiente competitivo, por esta razão é necessário que os executivos e administradores possam realizar a tomada de decisão de forma rápida e segura, neste cenário o acesso à informação orgânica pode constituir vantagem estratégica para aqueles que o possuem. No entanto segundo Lousada muitos tomadores de decisão ainda desconhecem o valor de tal informação, não levando as mesmas em consideração durante o processo decisório.

O problema central da pesquisa refere-se ao pouco e, talvez, ao inexistente conhecimento por parte dos gestores, em relação à importância da informação orgânica como elemento estratégico para a tomada de decisão. Falta uma percepção clara do tomador de decisão quanto ao valor deste tipo de informação para a solução de problemas e para a formulação de estratégias de ação de curto, médio e longo prazo (LOUSADA, 2011, p.13).

Outro aspecto observado pela autora foi que por se tratar de uma temática ainda pouco explorada, existem poucos textos a respeito, o que apresenta-se como uma das dificuldades desta pesquisa. Sendo assim Lousada identifica uma “discordância” em relações aos conceitos trabalhados e uma falta de consenso entre as definições dos conceitos de informação orgânica e “informação arquivística”, julgando necessário um aprofundamento de estudos neste sentido (LOUSADA, 2011, p.13).

Considerado pela autora como um elemento chave de uma organização, o conceito de informação “vem do latim *informare* e significa processo de informar-se, ou seja, que tem por finalidade reduzir a incerteza e gerar novo conhecimento”, sendo assim “dispor de informações fidedignas, com qualidade, consistentes, no formato adequado e no momento certo, poderá auxiliar na obtenção de vantagem competitiva frente aos concorrentes” (LOUSADA, 2011, p.17).

Desta forma podemos entender que aquela instituição que possuir acesso às “melhores” informações para embasar suas decisões de forma rápida terá vantagem no cenário competitivo.

Mas onde encontrar tais informações? Lousada acredita que estas informações podem estar presentes em todos os ambientes da instituição abrangendo, portanto, os três níveis organizacionais, que são os níveis estratégico, tático e o operacional. Vale ressaltar, que em uma instituição produtora de informação, os mesmos atores que as produzem as utilizam para a produção de novos conhecimentos, sendo assim, os níveis organizacionais não apenas produzem informações, mas também fazem usos das mesmas de acordo com suas necessidades específicas.

Onde o nível estratégico geralmente faria uso de “informações resumidas, apresentadas na forma de quadros, tabelas e gráficos”. O nível tático necessitaria de informações do nível estratégico ao nível operacional. Enquanto que o nível operacional geralmente se utilizaria de informações internas relacionadas a normas e procedimentos relacionadas ao cotidiano operacional (LOUSADA, 2011, p.17-18).

Pudemos perceber que a informação fidedigna, de qualidade, consistente em formato acessível possui alto valor, independentemente do suporte em que estejam registradas, desde que estejam disponíveis e acessíveis.

Tomadores de decisão podem ter acesso a diferentes tipos de informações, produzidas de forma interna ou externa a instituição, no entanto, para que se possa

avaliar quais informações possuem valor para subsidiar o processo decisório, faz-se necessário mapear os fluxos informacionais que atuam na instituição.

Lousada entende que para realização de um mapeamento de fluxo informacional, é necessário o conhecimento de três ambientes organizacionais, o organograma, a estrutura de recursos humanos e a estrutura informacional. Desta maneira seria possível o mapeamento dos fluxos informacionais presentes na instituição, sejam eles formais ou informais (LOUSADA, 2011, p.18-19).

Para melhor entender a visão da autora sobre a definição dos conceitos de informação orgânica e “informação arquivística” julgou-se necessário entender anteriormente a existência destes dois fluxos informacionais. Onde os fluxos formais correspondem “às informações registradas que circulam entre as diferentes unidades de trabalho, como diretorias, gerências, divisões, departamentos, setores, seções, etc” (VALENTIM, 2003, p.2, *apud* LOUSADA, 2011, p.19). Enquanto que os fluxos informais correspondem as “relações estabelecidas entre as pessoas (capital intelectual) e a estrutura informacional (dados, informação e conhecimento)”, (LOUSADA, 2011, p.19). Onde a gestão informacional atuaria diretamente ligada aos fluxos formais da informação. A autora entende que:

A informação orgânica é obtida através do monitoramento informacional. No entanto, ressalta-se que ela encontra-se nos fluxos informacionais formais, pois se trata de informações registradas produzidas dentro do próprio ambiente organizacional, que é a própria produtora e consumidora deste tipo de informação (LOUSADA, 2011, p.20).

Lousada fortalece sua visão sobre o contexto de produção formal das informações orgânicas afirmando que “a informação orgânica é produzida em decorrência da execução das tarefas, atividades e funções organizacionais” (LOUSADA, 2011, p.20). Sendo assim entende-se que a informação orgânica é produzida em ambientes e fluxos informacionais formais durante a realização de tarefas, funções e atividades administrativas inerentes à organização.

Segundo Lousada, ainda existem discussões na literatura da área sobre as definições do conceito de informação orgânica, a autora, assim como outros autores estudados nesta pesquisa, apontam os teóricos canadenses como maiores contribuintes para a elaboração destes conceitos, no entanto, tais discussões ainda carecem de maior aprofundamento. Lousada chama atenção ainda, para algo muito importante, o fato de muitos autores da área identificarem informação orgânica e “informação arquivística” como sinônimos, fato que ocorreria pela utilização do termo

orgânico, como decorrente da organicidade existente entre os documentos arquivísticos (LOUSADA, 2011, p.20).

Visões estas que no entendimento da autora estariam equivocadas, por este motivo, a autora busca realizar uma distinção entre informação orgânica e “informação arquivística” bem como entre as correntes de teóricos que entendem tais conceitos como sinônimos e as que entendem tais conceitos como sendo diferentes entre si.

É de consenso geral que a Arquivologia em seus estudos procedimentos e técnicas, deve abranger toda documentação produzida e/ou recebida por uma determinada organização em decorrência da execução de suas atividades, desta forma o trabalho arquivístico abrangeria tanto as informações produzidas em ambiente interno à instituição quanto àquelas produzidas em ambientes externos que adentrem o contexto administrativos formal (já que há a necessidade destas informações estarem registradas) da instituição.

Levando em consideração o contexto acima, Lousada entende, que toda informação orgânica que segundo a autora é “gerada em decorrência da execução das funções organizacionais, pelos próprios membros da organização, que ao mesmo tempo são produtores e consumidores”, pode ser considerada como arquivística, porém nem toda “informação arquivística” seria orgânica, haja vista, as informações consideradas arquivísticas abrangerem também as informações produzidas externamente à organização, e que foram recebidas pela mesma durante a realização de suas atividades.

As informações orgânicas são aquelas produzidas pela organização como consequência da execução das ações desenvolvidas no dia-a-dia. Estas informações dizem respeito ao contexto do exercício das funções administrativas, constituindo o registro físico destas transações. A informação orgânica é por natureza arquivística, pois é fruto das ações da organização/instituição. Contudo, a informação arquivística nem sempre é orgânica, no sentido de que não foi necessariamente produzida no interior de uma determinada organização, isto é, pode ter sido produzida em ambientes externos à organização (LOUSADA, 2011, p.21).

Por entender as questões inerentes entre a informação orgânica e a “informação arquivística”, Lousada adotou como referência teórica para sua pesquisa a definição proposta pelos teóricos canadenses Couture e Rousseau (1998, p. 64). Que entendem que;

a informação pode ser orgânica, isto é, elaborada, enviada no âmbito da sua missão, ou não orgânica isto é, produzida fora do âmbito desta". A informação orgânica é produzida dentro do contexto organizacional, remetida às unidades internas (sessões, departamentos) ou externas (*stakeholders*), dentro da execução das atividades desenvolvidas (LOUSADA, 2011, p.21).

Sendo assim é possível afirmar que a autora entende "a informação arquivística como uma entidade maior que contempla a informação orgânica e a informação não orgânica", portanto a informação orgânica estaria contida dentro da "informação arquivística" que abrangeria também a informação não orgânica (LOUSADA, 2011, p.21).

Conforme conceituado anteriormente, a informação arquivística contempla a informação orgânica e a informação não orgânica. As informações orgânicas são produzidas dentro do ambiente da organização, enquanto que a informação nãoorgânica é aquela produzida fora deste ambiente, mas se relaciona com a organização por meio das atividades e/ou transações realizadas. A junção desses dois tipos de informação forma o que se denomina de informação arquivística, dando origem aos arquivos das instituições (LOUSADA, 2011, p.22).

Sendo assim podemos dizer que os arquivos são formados pelos registros das "informações arquivísticas", que compreende informações existentes no fluxo informacional formal da instituição que é constituído tanto por informações orgânicas, quanto por informações não orgânicas.

Lousada, entende que nos últimos anos estudos e publicações vem sendo produzidos em referência a "informação arquivística", porém Lopes entende diferente e acredita haver certo abandono dos teóricos da área sobre o tema; "[...] o conceito de informação arquivística é praticamente ausente nos mais conhecidos textos da literatura mundial especializada e nas propostas de soluções para os problemas dos arquivos"

(LOPES, 1996, p.30 *apud* LOUSADA p.22).

Desta forma podemos entender as relações informacionais nas instituições da seguinte forma:

O estabelecimento da missão provoca a execução de funções e atividades diretamente relacionadas a ela. As informações provenientes da execução das atividades organizacionais constituem-se em informações arquivísticas. São registradas independentemente do tipo de suporte, isto é, são explicitadas, sendo divididas em informações orgânicas e não orgânicas. As informações orgânicas, necessariamente, dão origem aos arquivos, ou seja, constituem o fundo organizacional, enquanto que as informações não orgânicas não necessariamente tramitam e/ou se constituem em informação depositada nos arquivos, pois podem ser eliminadas antes. Destaca-se que a informação não orgânica pode ser tratada por outros tipos de unidades informacionais...(LOUSADA, 2011, p.24).

Desta forma podemos entender que as “informações arquivísticas” são formadas pelas informações orgânicas e pelas informações não orgânicas, e seus registros dão origem aos arquivos da instituição. Para melhor entendimento desta diferenciação entre as informações orgânicas e as informações não orgânicas, buscou-se caracteriza-las de acordo com as características apresentadas pela autora em seu trabalho.

Informação orgânica:

- ❖ Diretamente ligada à missão, objetivos e visão organizacional.
- ❖ Seu contexto de produção é interno a instituição.
- ❖ Compõe essencialmente os fluxos formais de informação.
- ❖ Tem seu prazo de guarda estipulado pela Tabela de Temporalidade.
- ❖ Subsidiaria a produção de instrumentos como o plano de classificação e sofrem avaliação de seu valor primário secundário.
- ❖ Através da análise dos tipos documentais é possível entender o contexto de produção e determinar as funções e atividades realizadas pela instituição.
- ❖ A instituição possui responsabilidade sobre o formato e o conteúdo destas informações.
- ❖ Por normalmente serem produzidas em nível tático e/ou estratégico, possuem determinado grau de sigilo.
- ❖ É possível mapear seu fluxo informacional e seu contexto produtor através de sua tipologia, finalidade e tramitação.
- ❖ Possui alto nível de confiabilidade, haja vista, serem produzidas internamente à instituição, sendo de responsabilidade da mesma.
- ❖ Contribuem para a preservação e o resgate da memória institucional.

Informação não orgânica:

- ❖ Registra transações com outras organizações, não possuindo relação com a missão, objetivos e a visão organizacional.
- ❖ Seu contexto de produção é externo a instituição.
- ❖ Normalmente não compõe os fluxos formais de informação.
- ❖ A instituição não possui controle sobre os tipos de informação externas que podem adentrar sua rotina administrativa, por isso não são contempladas pela Tabela de Temporalidade, seu prazo de guarda varia de acordo com interesses institucionais.
- ❖ Normalmente não possuem valor secundário sendo destinadas à eliminação.

- ❖ Não permitem contextualização do contexto de produção, não demonstram as funções e atividades da instituição através.
- ❖ A instituição não possui responsabilidade sobre o formato e conteúdo destas informações.
- ❖ Somente serão sigilosas, se apresentarem ligação com negócios estratégicos da instituição.
- ❖ A instituição não possui controle sobre sua produção, logo não é possível mapear seu contexto produtor através de sua tipologia, finalidade, tramitação e seu fluxo informacional (até a entrada na instituição).
- ❖ Possui baixo nível de confiabilidade, haja vista ter sido produzida em contexto externo à instituição, não sendo de responsabilidade da mesma.
- ❖ Pouco ou nada contribuem para a preservação e resgate da memória institucional.

Em relação à análise teórica e as diferentes visões referentes ao conceito de informação orgânica, a autora identificou em sua pesquisa certa dificuldade em encontrar material a respeito. Lousada entende que esta dificuldade causada pela escassez de material pode ser explicada devido ao fato de tal temática estar sendo submetida a um novo olhar pela Arquivologia e pela Ciência da Informação, o que explicaria também as divergentes visões sobre o conceito de informação orgânica (LOUSADA, 2011, p.28).

Para a autora, Lopes (1996, p.32), entende a informação orgânica como a ‘informação que pertence à pessoa ou organização que a **produziu** e acumulou’ (LOUSADA, 2011, p.28, grifo da autora).

Já os canadenses Rousseau e Couture (1998, p.291) entenderiam a informação orgânica como aquela “**elaborada**, enviada ou recebida no âmbito da sua missão”, definição tida pela autora como base para fundamentar a discussão (LOUSADA, 2011, p.28, grifo da autora).

Carvalho e Longo (2002, p.115) também são citados como referencial teórico por Lousada e acreditam que as informações orgânicas são constituídas por um “[...] conjunto de informações sobre um determinado assunto, materializado em documentos arquivísticos que, por sua vez, mantêm relações orgânicas entre si e foram **produzidas** no cumprimento das atividades e funções da organização” (LOUSADA, 2011, p.28, grifo da autora).

Lousada e Valentim (2008, p.254) acreditam que a “[...] a informação orgânica é **produzida internamente**, sendo produto resultante da execução das funções e das atividades organizacionais”, enquanto que Fauvel e Valentim (2008, p.238) entendem que a informação orgânica como um “[...] tipo de informação arquivística, porquanto é produzida apenas no âmbito interno à organização”. (LOUSADA, 2011, p.28-29, grifo da autora).

A autora entende que poucos são os autores que discutem o conceito de informação orgânica e que tais discussões ainda são recentes, o que evidenciaria uma necessidade de maiores reflexões sobre o tema. Em relação ao conceito de “informação arquivística”, Lousada também buscou realizar uma reflexão teórico-conceitual a fim de tentar entender com a área tem visto tal conceito.

Segundo a autora os canadenses Rousseau e Couture (1998, p.64) entendem a “informação arquivística” como aquela “[...] **produzida fora** do âmbito da missão de um organismo”, ou seja, que é produzida em decorrência das relações ou transações estabelecidas fora do ambiente interno da organização (relações não orgânicas), ou seja, não fazendo menção a informação produzida no âmbito interno. (LOUSADA, 2011, p.29, grifo da autora).

Lopes (2000) acreditaria que a “informação arquivística” diz respeito à “[...] informações registradas em suporte definido, acumuladas por um indivíduo ou por um organismo que é, ao mesmo tempo, **produtor e receptor**”, sendo assim contemplaria tanto as informações produzidas em ambiente interno quanto às produzidas em ambiente externo a instituição, corroborando com a visão defendida pela autora (LOUSADA, 2011, p.29, grifo da autora).

Mariz (2005, p.1) defenderia a “informação arquivística” como “[...] também chamada informação registrada orgânica, concerne a documentos produzidos por um organismo (indivíduo ou instituição) em decorrência de suas atividades ao longo de sua existência”, nesta definição podemos entender que o autor citado considera toda “informação arquivística” como sendo orgânica, vale ressaltar que em tal definição pode-se entender com a utilização do termo “produzidos”, a ideia de indivíduo ou entidade acumuladora, ou seja, produtor do “fundo” arquivístico, o que poderia abranger informações produzidas em ambiente interno ou externo a instituição. Tal interpretação poderia gerar dúvida ao leitor, quanto a real intensão do autor citado, e seria contrária a definição proposta por Lousada (LOUSADA, 2011, p. 29-30).

Assim como Mariz, Bellotto também defende uma definição diferente à definição proposta por Lousada, já que a autora entende que:

A informação arquivística é referente às informações de outra natureza: a de que ela é produzida dentro do contexto do exercício das funções/objetivos a que se propõem as entidades. É nesse sentido que as informações são orgânicas, porque guardam entre si as mesmas relações que se formam entre as atribuições, competências, funções e atividades das entidades (BELLOTTO, 2002, p.23 *apud* LOUSADA, 2011, p.30)

Em relação à definição proposta por Bellotto, Lousada entende que “as informações que guardam entre si as atribuições, competências, funções e atividades são de caráter orgânico. As informações arquivísticas também têm essa especificidade, porém, abrangem um contexto organizacional maior”.

De modo semelhante à definição proposta por Bellotto, Moreno também apresenta uma definição de “informação arquivística” como sendo a informação uma informação orgânica, que conserva suas relações de produção.

A diferença da informação arquivística em relação às informações de **outra natureza é que ela é produto das atividades de determinado organismo [...] esse tipo específico de informação recebe o nome a qualificação de orgânica**, por guardar entre si as mesmas relações que se formam entre as competências e atividades das organizações (MORENO, 2017, p.09 *apud* LOUSADA, 2011, p.30, grifo da autora).

Fonseca também entende que a “informação arquivística” é a informação orgânica registrada, em discordância a definição proposta por Lousada em sua pesquisa. No entanto Lousada chama atenção para o fato da autora citada recorrer aos canadenses citados anteriormente neste trabalho que segundo Lousada distinguem a informação orgânica e não orgânica (LOUSADA, 2011, p.31).

O objeto da Arquivologia, na perspectiva de um novo paradigma, desloca-se do ‘arquivo’ para a informação arquivística ou ‘informação registrada orgânica’, expressão cunhada por arquivistas canadenses para designar a informação gerada pelos processos administrativos e por eles estruturada de forma a permitir uma recuperação em que o contexto organizacional desses processos, seja o ponto de partida (FONSECA, 2005, p.59 *apud* LOUSADA, 2011, p.30).

Neste sentido a autora considera um equívoco de Fonseca que recorre aos autores canadenses, sem levar em consideração a distinção descrita por eles entre informação orgânica e informação não orgânica. Lousada entende que esta distinção é suficiente para a identificação da existência de uma entidade informacional maior, que englobe a informação orgânica e a não orgânica:

Sendo assim, os termos orgânico e arquivístico dizem respeito a distintos contextos informacionais, contudo deve-se ressaltar que apesar de serem conceitos distintos eles se relacionam entre si, pois ambos trafegam em ambientes organizacionais. O Dicionário Aurélio define orgânico como “[...] algo relativo a, ou próprio de um organismo”. Nesse sentido, pode-se considerar que apresenta vinculação direta com a instituição que a gerou, e ambos os tipos de informação constituem o que se denomina de “informação arquivística”, a qual possui características e valores administrativos, jurídicos, técnicos, contábeis, informacionais, probatórios, etc (LOUSADA, 2011, p.31).

Deste modo Lousada entende que os autores estudados estão divididos em duas correntes de pensamento, Rousseau e Couture (1998); Lopes (2000) *apud* Calderon et al. (2004); Lousada e Valentim (2008), acreditariam na existência de dois tipos de informação no ambiente organizacional, a orgânica e a não orgânica, e que a “informação arquivística” como uma entidade superior, abrangeria ambos os tipos de informação em seu escopo. Enquanto que Bellotto (2002), Fonseca (2005), Mariz (2005) e Moreno (2007), entenderiam os conceitos orgânico e arquivístico como sinônimos, desta forma a “informação arquivística” e a informação orgânica registrada, constituiriam a mesma entidade, pois acreditam que a informação arquivística é inerente ao suporte. Segundo Lousada tal situação torna-se possível pelo fato destes autores recorrerem ao conceito de organicidade cunhado pela Arquivologia, que mesmo sendo um conceito já consolidado pela área vem sendo empregado de forma equivocada para a caracterização dos tipos de informações produzidos nas instituições (LOUSADA, 2011, p.31).

Sendo assim Lousada identifica duas correntes de pensamento entre os autores estudados, uma chamada de Arquivologia pós-moderna ou pós custodial, que entende que a “informação arquivística” transcende o suporte, representada por Rousseau e Couture, Lopes, Carvalho e Longo, Lousada e Valentim, e outra conhecida como Arquivologia tradicional ou clássica, composta por Bellotto, Fonseca, Mariz, e Moreno que entenderiam que informação e suporte constituem uma unidade e que a informação é orgânica em referência da relação dos documentos e não de seu ambiente de produção (LOUSADA, 2011, p.32).

Segundo a autora tal fato ainda é possível pelo fato de a informação orgânica ser um tema relativamente novo, possuindo ainda poucos textos e discussões a esse respeito, e mesmo a “informação arquivística” que em seu entendimento é um conceito um pouco mais antigo, encontra-se na mesma situação, ou seja, ambos os conceitos carecem ainda de maior reflexão teórica.

A informação orgânica está presente dentro das organizações e podem contribuir para o processo de tomada de decisão, quando bem utilizadas, no entanto, quais os tipos de informação orgânicas podem ser encontrados dentro de uma organização? Segundo Lousada existem vários tipos de informação orgânica dentre eles podemos destacar como sendo os mais comuns: 1) “informação estratégica, apoia o processo de tomada de decisão”; 2) “Informação voltada para o negócio: possibilita ao nível tático da organização definir ações de curto prazo”; 3) “Informação financeira: apoia as atividades dos profissionais da área financeira”; 4) “Informação comercial: apoia pessoal da área comercial, importação/exportação de materiais, produtos, serviços”; 5) “Informação estatística: subsidia várias áreas da organização”; 6) “Informação sobre gestão: atende às necessidades dos gerentes e executivos da organização no planejamento de projetos, na gestão de pessoas entre outras”; 7) “Informação tecnológica: subsidia pessoas da área de P&D na criação e no monitoramento da concorrência”; 8) “Informação geral: subsidia todas as áreas”; 9) “Informação cinzenta: qualquer natureza, qualquer área e finalidade” (LOUSADA, 2011, p.33-34).

Estas informações dão;

subsídio às ações e atividades que são desenvolvidas na organização, como os planejamentos de curto, médio e longo prazo e, também, as ações de cunho estratégico. As informações produzidas no ambiente organizacional podem ser obtidas por meio de documentos que servirão de apoio para a tomada de decisão. Salienta-se que é gerada em decorrência da execução das funções organizacionais, pelos próprios membros da organização, que ao mesmo tempo são produtores e consumidores (LOUSADA, 2011, p. 36).

Ao citar Choo (2003), Lousada chama atenção para o fato de as informações quando utilizadas de forma estratégica tem sido criada e utilizada, primeiro as informações podem ser utilizadas para dar sentido a transformações do ambiente externo, em segundo lugar as informações podem criar novos conhecimentos e por ultimo subsidiam as tomadas de decisões, o que constitui a informação orgânica como insumo e produto dos processos organizacionais, pois trata-se de um recurso produzido e utilizado na própria organização que pode gerar um novo conhecimento (LOUSADA, 2011, p. 36).

Sob o olhar da Arquivologia a informação orgânica normalmente possua os valores primário e secundário, ou seja, “em um primeiro momento (produção), a informação orgânica tem o objetivo de ajudar a decidir, agir, controlar ou comprovar uma atividade ou decisão empreendida” desenvolvendo assim a função para qual foi

gerada e exercendo seu valor primário. “Num segundo momento, a função deixa de ser comprobatória e a informação passa a servir de fonte de pesquisa”, sendo assim após cumprir sua atividade geradora que é registrar uma determinada ação, a informação orgânica passa a exercer seu valor secundário como fonte de consultas e pesquisas (LOUSADA, 2011, p. 37).

Vale ressaltar que para a informação orgânica exercer tais funções ela precisa estar acessível e ser levada em consideração pelos tomadores de decisão, sendo assim é necessário que esta informação esteja tratada e de origem a sistemas informacionais, estes sistemas devem ser acessíveis e possibilitar o entendimento dos fluxos informacionais, para isso o ambiente corporativo utiliza-se de três níveis.

O processo de tratamento da informação pode ser entendido em três níveis, método, técnica e ferramenta, onde o método constitui-se como a sequencia de procedimentos, a técnica como o procedimento em si e a ferramenta como os instrumentos utilizados para se atingir os objetivos (LOUSADA, 2011, p. 40-41).

A autora apresenta quatro modelos possíveis de tomada de decisão e como tais modelos fazem uso da informação, entende-se como relevante para este trabalho entender ainda que de forma preliminar o comportamento da informação orgânica dentro de cada modelo apresentado pela autora. Os modelos apresentados por Lousada são o racional, o político, o processual e o anárquico. A autora entende que cada modelo possui características específicas e faz uso da informação de formas diferentes.

Quanto às características, o modelo racional, é direcionado para objetivos definidos e guiado por regras, rotinas e programas de desempenho, o modelo processual também se direciona para objetivos definidos, porém possui múltiplas opções e soluções. O modelo político trabalha com objetivos e interesses conflitantes além de definir abordagens e os resultados da preferência do tomador de decisões, enquanto o modelo anárquico possui objetivos ambíguos e processos obscuros (LOUSADA, 2011, p. 70).

Quanto ao uso das informações cada modelo o fará de acordo com suas características e necessidades. No modelo racional, a tomada de decisão é embasada por informações que na grande maioria das vezes são internas a instituição, ou seja, orgânicas, desta forma constituem-se ao mesmo tempo como usuários e produtores deste ativo. A busca de informação é limitada e encerrada

quando a primeira solução satisfatória é encontrada. O modelo processual mostra-se mais flexível que o racional, o que possibilita uma busca mais intensa pela informação até que se encontre a melhor alternativa possível. No modelo anárquico a busca pela informação acontece em níveis mais baixos e as alternativas nem sempre estão diretamente relacionadas ao problema o que gera um uso quase que aleatório da informação, “nesse modelo, são usados todos os tipos de informação orgânica. Contudo, o tomador de decisão não se dá conta de que utiliza a informação para embasar suas decisões”, além disso, o modelo anárquico não possui uma estrutura definida. Quanto ao modelo político a busca pela informação é realizada de maneira seletiva de forma a contemplar as opções preferidas, informações que contrariem esta preferência são ignoradas, o que possibilita um uso extremamente controlado da informação (LOUSADA, 2011, p.73).

No entanto, para que a informação possa ser utilizada em qualquer um dos modelos anteriores é preciso que a mesma seja gerenciada, para isto é necessário que sejam identificados os fluxos informacionais existentes na organização, para este fim alguns processos e subprocessos precisam ser identificados. É necessário identificar as necessidades da instituição para através dessa necessidade identificada partir para o processo de obtenção da informação, após ser obtida a informação precisa ser tratada e precisa ser disseminada para que todos os envolvidos tenham conhecimento da mesma, para que finalmente esta informação possa ser apropriada e passível de uso (LOUSADA, 2011, p.108-114).

Ao fim de seu trabalho é possível entender que mesmo havendo pouco material disponível a respeito da temática estudada, Lousada consegue realizar uma reflexão considerável a respeito dos conceitos por ela estudados questões envolvendo a informação orgânica e a “informação arquivística” são abordadas e contribuem significativamente para a área.

Quanto às conclusões de sua pesquisa é possível dizer que a autora, observou certo conflito de entendimento entre os conceitos de informação orgânica e “informação arquivística” encontrando autores que acreditam tratar do mesmo tipo de informação e autores que acreditam serem entidades distintas, no entendimento de Lousada a informação orgânica é sempre produzida internamente à instituição e compõe as relações de trabalho e organizacionais, enquanto que a “informação arquivística” abrangeria também informações produzidas em ambiente externo à instituição, sendo assim, a “informação arquivística” seria uma entidade superior a

informação orgânica, pois abrangeria tanto informações produzidas internamente, quanto as produzidas externamente.

Outra verificação realizada foi à influência da “informação arquivística orgânica” no processo decisório das empresas. Atuando diretamente neste sentido a “informação arquivística orgânica” serve de base para o processo de tomada de decisão e teriam, segundo Lousada, “a função de minimizar os riscos e incertezas no momento da decisão, influenciando diretamente o desempenho da organização”, sendo assim, concordamos com a autora que entende a “informação arquivística orgânica” como insumo e produto dos processos organizacionais, já que, ao mesmo tempo em que são produzidas pelas organizações são utilizadas como base do processo decisório pelos tomadores de decisão (LOUSADA, 2011, p.196).

É possível afirmar que a autora entende que para exercerem sua função de auxílio à tomada de decisões as “informações arquivísticas orgânicas” precisam ser gerenciadas e para isto torna-se necessário mapear os fluxos informacionais existentes nas organizações, além disso, Lousada identificou os principais modelos de tomada de decisão utilizados em ambientes corporativos e pôde concluir que “a produção de informação orgânica é diretamente proporcional à qualidade do processo de decisão”, ou seja, quanto mais informações orgânicas gerenciadas os tomadores de decisão puderem acessar para subsidiar suas decisões, melhores serão os resultados alcançados (LOUSADA, 2011, p.197).

Outro fato relevante apontado pela pesquisa de Lousada diz respeito aos gestores e ao processo decisório, onde, a autora identificou que muitos não levam em consideração as “informações arquivísticas orgânicas” para embasar suas decisões agindo por vezes intuitivamente, o que pode gerar um risco para a instituição, outros aliam tal intuição ao uso das “informações arquivísticas orgânicas” durante o processo.

Lousada constatou ainda que grande parte das instituições estudadas, acreditam ter suas “informações arquivísticas orgânicas” gerenciadas e seus fluxos mapeados, porém na prática isto não aconteceria. A autora verificou que mesmo estando na fala dos entrevistados, a “informação arquivística orgânica”, “não se converte em construção de conhecimento”, o que pode ocorrer por serem pouco utilizadas pelos gestores das instituições de forma consciente.

Ao fim de sua pesquisa Lousada entende que todos os objetivos traçados inicialmente foram atingidos, além disso, a autora entende que a “informação

arquivística orgânica” tem o poder de influenciar diretamente no processo decisório das instituições, desde que tais instituições tenham consciência da importância do ativo que é este tipo de informação, no entanto foi identificado pela autora um baixo nível de valorização deste conteúdo informacional nas empresas estudadas que na maioria das vezes não faz uso deste tipo de informação. É necessário que as instituições na figura de seus gestores tenham o conhecimento da importância deste tipo de informação, caso contrário, mesmo possuindo um ativo de alto valor para o processo decisório os gestores continuarão agindo intuitivamente durante o processo de tomada de decisões.

6. CONSIDERAÇÕES

Uma área do conhecimento para que possa se estabelecer, necessita ter suas bases epistemológicas bem alicerçadas, possuindo um arcabouço teórico encorpado, seus objetivos e objetos bem definidos e uma terminologia bem estabelecida. Por semelhante modo, seus princípios e conceitos necessitam estar bem formulados e serem reconhecidos e aceitos pela área.

Sendo assim a relevância deste trabalho para a área é de fundamental importância, haja vista, ter em seus objetivos verificar o real status de uma expressão que vem sendo utilizada de forma recorrente por profissionais e teóricos como se de fato já reconhecida como um conceito arquivístico fosse.

No entanto, estudos anteriores mostram que a pesar de seu uso recorrente a expressão “Informação arquivística” ainda não possuía a argumentação teórica e o reconhecimento necessários para de fato ser considerada como um dos conceitos arquivísticos. Santos (2011, p.15) corrobora a necessidade de estudos sobre este tema ao declarar “Dessa forma, consideramos imprescindível a caracterização dos conceitos e princípios arquivísticos para a instrumentalização de uma Arquivística nacional.”

Este trabalho visa verificar se a expressão “informação arquivística” deve ser entendida na literatura arquivística brasileira produzida a partir do ano de 2006 como conceito arquivístico, como uma noção ou ainda como simplesmente um termo bastante utilizado pela área, contribuindo para o fortalecimento teórico-conceitual da área arquivística.

Este capítulo apresentará as considerações a respeito dos textos estudados para a realização deste trabalho, e sobre a realização ou não dos objetivos propostos para esta pesquisa.

Esta pesquisa é considerada de cunho qualitativo, e buscou através de um aprofundamento de literatura, uma reflexão teórico-conceitual relacionada ao termo “informação arquivística”. Buscou-se o entendimento de como os teóricos da área em sua produção de conhecimento, nos níveis de mestrado e doutorado, tem observado as questões relacionadas a este termo.

Para este fim optou-se por uma pesquisa no banco de dados do portal Cappes em sua plataforma Lattes por currículos que possuísem esta temática, em sua produção de conhecimento, desta forma foi realizada uma busca por teses e

dissertações que continham o termo “informação arquivística” em seus títulos ou em suas palavras chave. Resultando em um número final de 4 (quatro) trabalhos que puderam ser recuperados e se enquadravam dentro do recorte previsto por esta pesquisa.

Durante a análise dos 4 (quatro) trabalhos foi possível identificar que ainda existem discordâncias referentes ao termo estudado, porém também é possível visualizar uma evolução e uma preocupação dos teóricos estudados em um aprofundamento em relação ao termo, e a outras discussões sobre os conceitos e princípios arquivísticos.

Dos autores que serviram de base teórica para esta reflexão, Silva entende o termo “informação arquivística” como uma “noção” e que tanto os autores ligados a corrente clássica da Arquivologia, quanto os ligados a corrente pós-moderna identificam sua existência fazendo uso deste termo, porém o autor acredita que a definição de tal noção ainda carece de referencial teórico, haja vista, que grande parte das definições por ele encontrada se confundia com a definição de documento arquivístico.

Silva, portanto, entende ainda não haver consenso em relação à definição para o que classificou de “noção” de “informação arquivística”. Além disso foi possível perceber forte influência dos autores canadenses Couture e Rousseau nos autores estudados por Silva. Além disso, o autor entende que a aproximação com a Ciência da Informação pode ter contribuído para uma mera substituição do termo documento arquivístico para o termo “informação arquivística”.

Outro fator observado pelo autor foi à incidência de autores egressos de outras áreas que não a Arquivologia, produzindo conhecimento sobre temáticas arquivísticas.

Quanto aos usos como expresso no próprio título de sua tese, Silva idêntica a “informação arquivística” como fonte de produção de conhecimento, servindo portando ao ensino e a pesquisa de Arquivologia no Brasil, como fonte para a pesquisa retrospectiva e como subsídio para a prestação de contas das administrações.

Calderon buscou em sua pesquisa entender como os conceitos de arquivo e “informação arquivística” estão sendo entendidos pela área e como contribuem para o ensino de Arquivologia no país.

Quanto às definições dos conceitos de Arquivo e “informação arquivística” a autora entende que o conceito de arquivo encontra-se mais bem embasado, porém ainda assim chama atenção para o fato de haver diferentes interpretações para o termo. Quanto à “informação arquivística” a autora entende, assim como Silva, ainda haver uma carência teórica para a formulação de uma definição que seja aceita pela área, porém propõe uma definição própria de trabalho que acreditar satisfazer estas carências. Assim como Silva, Calderon também classificou a “informação arquivística” como uma “noção”, e não a reconhece como um conceito já estabelecido, apesar de bastante utilizado, pois considerara haver necessidade de maiores estudos referentes a sua pertinência e significado. Vale ressaltar que ambos os autores não encontraram definições para o termo em dicionários da área.

Quanto aos usos, mais uma vez fica evidente a utilização da “informação arquivística” na produção de conhecimento, no ensino de Arquivologia no Brasil, é possível perceber um aumento na demanda de cursos de graduação e pós-graduação voltados para a área, o que possibilita a formação de profissionais mais bem capacitados a lidar com as demandas da sociedade, porém Calderon chama atenção para o que se apresentou como uma dificuldade do ensino em Arquivologia no país, o idioma, visto que muitos dos textos produzidos pela área, são produzidos em outros idiomas que não o português.

Outro dos autores que serviram de referencial para esta pesquisa, Santos, entende que a produção científica em Arquivologia no Brasil tem se tornado mais constante no meio acadêmico e em projetos de pesquisa.

Após uma reflexão sobre os muitos termos tidos como princípios arquivísticos, o autor entendeu que apenas três destes termos se confirmaram como tal, o que nos gera certa preocupação”, haja vista, “princípios” tidos como consagrados pela área ainda não conseguirem fundamentação teórico-conceitual suficiente para se confirmarem como tal. O autor entende que a área encontra-se institucionalizada dentro e fora do país, além disso, Santos acredita ser possível a existência de uma Arquivologia que mesmo conservando peculiaridades locais, possua bases comuns em todo o mundo.

Quanto ao termo “informação arquivística” o autor buscou uma abordagem mais aprofundada realizando uma reflexão teórica através de revisão de literatura e propondo uma definição própria para o que classificou como “conceito” de “informação arquivística”. No entanto o autor também reconhece a carência de maior

reflexão teórica sobre o tema, já que poucos teóricos buscam aprofundar-se sobre o assunto. Além disso, o autor entende que a “informação arquivística” assume lugar privilegiado na área como um de seus objetos, dissociando assim o conteúdo informacional do suporte físico.

Em seu trabalho, Lousada buscou entender a influência da informação orgânica no processo de tomada de decisões em um ambiente corporativo competitivo, sendo o único dentre os trabalhos que serviram de base para esta pesquisa, com um viés voltado a área profissional relacionada à administração. Mesmo possuindo um objeto específico voltado a área profissional, Lousada buscou realizar uma reflexão teórica sobre alguns conceitos arquivísticos, dentre eles o termo “informação arquivística”.

Quanto à “informação arquivística”, a autora entende ainda haver conflitos com o termo informação orgânica havendo divisão de pensamento entre autores da chamada Arquivologia clássica e da arquivologia pós-moderna, onde uma corrente defenderia que os termos são correspondentes e a outra acreditaria tratar-se de conceitos distintos. Desta forma autores como Bellotto, Fonseca, Mariz, e Moreno pertenceriam à chamada Arquivologia clássica e entenderiam que a informação e o suporte constituem uma unidade e a informação neles registrada é orgânica decorrente da relação entre os documentos. Enquanto que a chamada Arquivologia pós-moderna ou pós-custodial, estaria representada pelos autores Rousseau e Couture, Lopes, Carvalho e Longo, Lousada e Valentim, e entenderiam que a informação transcende o suporte, e que haveria distinção entre a “informação arquivística” e a informação orgânica, que constituiriam entidades distintas.

Lousada por sua vez entende serem termos distintos e que o que classificou como “conceito” de “informação arquivística” definiria uma entidade superior a informação orgânica, onde esta última corresponderia apenas às informações produzidas em ambiente interno a instituição, enquanto que a primeira contemplaria informações produzidas em ambientes internos e também externos, ou seja, toda a informação circulante nos fluxos informacionais formais, havendo desta maneira a “informação arquivística” orgânica, produzida dentro da instituição, e a “informação arquivística” não orgânica, produzida fora da instituição.

Quanto ao uso a autora entende que a “informação arquivística orgânica” serve de base para o processo decisório nas instituições, desta forma, tais informações subsidiariam tal processo, tornando-se insumo e produto das relações

organizacionais, tais informações seriam capazes de reduzir os riscos e incertezas durante o processo de tomada de decisão. Porém a autora chama atenção para o fato de nem todos os gestores reconhecerem o valor deste tipo de informação.

A pesar de sua pesquisa possuir um viés diferente das demais, Lousada também apresenta a pouca existência de material a disposição como dificuldade, o que parece recorrente para os assuntos relacionados à “informação arquivística”.

Desta forma é possível entender que dos 4 (quatro) autores estudados 2 (dois) entendem a “informação arquivística” como “noção”, Silva (2006) e Calderon (2011) enquanto que os outros 2 (dois) Santos (2011) e Lousada (2011) a entendem como um “conceito”, o que aponta ainda uma indefinição da área sobre o termo. Porém é possível afirmar que todos os autores reconhecem a existência e a importância desta entidade, para a área, ainda que a mesma careça de melhor definição teórica.

Outro ponto que vale ser ressaltado é que a definição de trabalho proposta por Santos para definir o termo “informação arquivística” vai ao encontro da visão defendida por Lousada de que a “informação arquivística” abrange tanto as informações produzidas, quanto as recebidas pela instituição, durante a execução de suas atividades, no entanto o autor entende que as “informações arquivísticas” incluem ainda, os metadados, ou seja, as informações contextualizadoras do momento de produção.

Se fossemos utilizar o método proposto por Santos (2011, p.54) para avaliar os princípios arquivísticos em sua tese, por exemplo, para avaliarmos se o termo “informação arquivística” pode ser considerado como um conceito, levando em consideração que para ser considerado como tal o termo deve alcançar conceito 1(um) em todas as características, e que as características utilizadas pelo autor foram devidamente adaptadas aos fins desta pesquisa onde o:

Escopo; é uma proposição geral e elementar onde.

1- Fundamenta o termo, aplicável a toda e qualquer situação.

0 - Aplicado exclusivamente a uma ação específica, focal, no âmbito da disciplina.

Desenvolvimento; é aplicado exclusivamente a uma ação específica, focal, no âmbito da disciplina.

1- Generalização de uma ação específica.

0- É uma especificidade

Aceitação; refere-se ao nível de aceitação pela comunidade científica.

1- Está incluído no paradigma atual.

0- É pré-paradigmático ou um paradigma abandonado.

Originalidade; é um axioma, portanto, não deriva de outros conceitos, ou noções.

1- É original.

0- Derivado de outro conceito ou noção.

Âmbito Disciplinar; desenvolvido para responder às demandas da disciplina, ou seja, aos seus objetivos.

1- Origem exclusiva no âmbito da Arquivística e/ou em consonância com outras disciplinas.

0- Originário de outras disciplinas.

Poderíamos afirmar que o termo “informação arquivística” receberia as seguintes avaliações: Escopo 1 (um), já que a proposição ainda que divergente, em alguns pontos de sua definição, fundamenta o termo em qualquer situação; Desenvolvimento 1 (um), já que é utilizado para caracterizar um mesmo tipo de informação, a produzida e a recebida durante a execução das atividades; Aceitação 1 (um), mesmo ainda não havendo consenso sobre uma definição específica, podemos entender que está incluído no paradigma atual, e tem sua existência reconhecida pelos autores da área; Originalidade 0 (zero), pois na grande maioria das definições encontradas deriva do conceito de documento arquivístico; Âmbito Disciplinar 1 (um), pois surge na Arquivologia, para responder as demandas da área.

Desta forma, o termo “informação arquivística” ainda não poderia ser considerado como um conceito arquivístico, haja vista, suas definições ainda apresentarem inconsistências e em muitos casos se confundir com a definição de documento arquivístico.

Se optássemos por utilizar as dimensões propostas por Dahlberg, por exemplo, das três propostas pelo autor, teríamos o termo, “informação arquivística”; o referente, já que ao falarmos de “informação arquivística” pensamos nas informações produzidas e recebidas por determinada instituição ou pessoa durante a realização de suas atividades, porém quando chegamos as características, ainda não identificamos consenso na área sobre as características que possam de fato identificar tais informações, haja vista haver diferentes entendimentos a respeito pelos teóricos da área.

Do ponto de vista filosófico as relações entre a extensão e a compreensão também se mostram como um problema no que diz respeito ao termo “informação arquivística” já que, estas relações ainda não estão claras. A Filosofia entende que quanto maior for a extensão do conceito mais genérica será sua compreensão, desta forma, acreditamos que o termo “informação arquivística” passa por esta dificuldade de definição de seu grau de extensão o que por sua vez interfere em sua compreensão e portanto em sua definição.

Assim como detectado por Silva em 2006 e por Calderon em 2011, ainda hoje não foi encontrada uma definição para o termo “informação arquivística” na obra tida como referência na Arquivologia brasileira, o Dicionário de Terminologia Arquivística, publicado pelo Arquivo Nacional.

Por este motivo entendemos que a “informação arquivística” existe e carece de maior reflexão teórica sobre sua definição. Apesar de Santos fundamentar de forma clara a definição proposta por ele para seu trabalho, e Lousada apresentar argumentações que diferenciam a informação orgânica pura e simples da “informação arquivística”, ainda não há consenso na área a respeito, havendo discordâncias entre os vários autores da área, não sendo possível identificar uma definição para o termo que satisfaça os teóricos da área de forma a obter-se um consenso.

Desta forma, assim como Silva e Calderon tendemos a considerar o termo “Informação arquivística” como uma “noção”, haja vista, haver alguma argumentação teórica, porém ainda considerada insuficiente, já que não há consenso na área.

Quanto aos usos, foi possível verificar a “informação arquivística” como insumo e produto dos processos organizacionais servindo de subsídio para a tomada de decisão e diminuição de riscos em ambientes corporativos competitivos de forma estratégica, como subsídio a prestação de contas pelas administrações, como base a pesquisa retrospectiva, além de fundamentar o ensino sendo utilizada como recurso na docência em cursos de graduação e pós-graduação.

A “informação arquivística” também aparece quando se fala em manutenção de direitos e em preservação da memória, seja institucional ou pessoal além de fornecer subsídios a diversos programas de pesquisa.

Sendo assim, consideramos alcançados os objetivos propostos por este trabalho, a verificação da existência de uma informação que possa ser chamada de

arquivística, o status do referido termo para a área, se existe ou não consenso em relação às definições propostas e finalmente os usos detectados durante a pesquisa.

Entendemos também que faz-se necessário um maior aprofundamento teórico-conceitual e a ampliação das discussões e debates sobre os conceitos e definições da área, durante nossa pesquisa foi possível verificar insuficiências sobre definições e conceituações de princípios, conceitos e até mesmo sobre o nome que melhor representa a área. Se de fato a área encontra-se institucionalizada se de fato a área representa uma disciplina acadêmica, como acreditamos, devemos entender que sua fundamentação teórica deveria se fazer suficiente para sustentar seus princípios, teorias, conceitos e práticas, caso contrário corremos o risco de em um mundo acadêmico cada vez mais interdisciplinalizado, nos apropriamos de conceitos e teorias de outras áreas a fim de dar conta de nossas demandas além de assistir outras disciplinas avançarem sobre os objetos da Arquivologia, cabe a nós profissionais arquivistas, as instituições arquivísticas e as instituições de ensino em Arquivologia, fomentar tais discussões e reflexões a fim de fortalecermos a área.

7. REFERÊNCIAS

BARROS, José D. Assunção. Sobre o uso de conceitos nas ciências humanas e sociais – uma contribuição ao ensino de metodologia. Revista Eletrônica de Iniciação Científica Tecnológica e Artística, São Paulo, v. 1, n. 2, ago. 2011. Disponível em <<http://www1.sp.senac.br/hotsites/blogs/revistainiciacao/wpcontent/uploads/2013/07/6-art.pdf>> Acesso em: nov. 2016.

CALDERON, Wilmara Rodrigues. Currículo Lattes. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/2254607837558457>>. Acesso em: nov. 2017.

CALDERON, W. R. O arquivo e a informação arquivística: da literatura científica à prática pedagógica no brasil. 2011. 188 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”. Marília. 2011.

DOLLAR, Charles M. O Impacto das tecnologias de informação sobre princípios e práticas de arquivos: algumas considerações. Revista Acervo, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1-2, jan/dez, p. 03-38, 1994.

LOUSADA, Mariana. Currículo Lattes. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/6155301215674644>>. Acesso em: nov. 2017.

LOUSADA, M. Informação orgânica como insumo estratégico para a tomada de decisão em ambientes competitivos. 2011. 250 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista. Marília. 2011.

MORENO, N. A. A informação arquivística no processo de tomada de decisão em organizações universitárias. 2006. 223 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação da Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2006.

OLIVEIRA, L.M.V. de. O usuário como agente no processo de transferência dos conteúdos informacionais arquivísticos. 2006. 146 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro. 2006.

SANTOS, V. B. A teoria arquivística a partir de 1898: em busca da consolidação, da reafirmação e da atualização de seus fundamentos. 2011. 279 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília. Brasília. 2011.

SANTOS, Vanderlei Batista dos. Currículo Lattes. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/0552951668052079>>. Acesso em: nov. 2017.

SILVA, E. P. da. A noção de informação arquivística na produção de conhecimento em Arquivologia (1996-2006). 2009. 136 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de pós-graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal Fluminense, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Niterói. 2009.

SILVA, Eliezer Pires da. Currículo Lattes. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/3806798888576249>>. Acesso em: nov. 2017.